

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Curso C-PEM/2000.....

Partido

Solução do TI P-III-7 (Mo).....

Apresentada Por

1

JOSE VANNI FILHO

Capitão-de-Mar-e-Guerra

NOME E POSTO

102



RIO DE JANEIRO

2000

**COMANDO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL**

COR BOUVAR

5425646 - R 2312

**O MINISTÉRIO DA DEFESA E OS
CURSOS DE ALTOS ESTUDOS MILITARES:
O QUE É PRECISO MUDAR?**

**JOSÉ VANNI FILHO
Capitão-de-Mar-e-Guerra**

2000



Ed. 18827
MB-EGN
BIBLIOTECA
14/03/2021
N.º 5265

OAD ACERVO - 66499
EXEMPLAR - 100304

VANNI FILHO, José, 1954-

O Ministério da Defesa e os Cursos de Altos Estudos Militares: O que é preciso mudar? / José Vanni Filho. - Rio de Janeiro: EGN, 2000.

ix, 51f.

Monografia: C-PEM, 2000

Bibliografia: f. O-1 – O-6

1. Cursos de Altos Estudos Militares. 2. Ministério da Defesa. 3. Operações Combinadas. 4. Operações de Manutenção da Paz. 5. Integração das Forças Armadas. 6. Cursos de defesa no exterior. I. Escola de Guerra Naval (Brasil). II. Título.

EXTRATO

Os Cursos de Altos Estudos Militares (CAEM) da Escola Superior de Guerra (ESG), da Escola de Guerra Naval (EGN), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) são apresentados e é realizada uma análise comparativa dos currículos dos cursos de política e estratégia de mais alto nível, a saber: Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia Militares (CAPEM), Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE), Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM), Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEX) e Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA).

Os cursos similares existentes na Argentina, Estados Unidos da América, França e Itália, são apresentados e comenta-se os pontos aproveitáveis, pelas nossas escolas, para incrementar a integração entre as mesmas, o estudo de Operações Combinadas (OC) e de Operações de Manutenção de Paz (OMP). São abordados: a Escuela de Defensa Nacional (EDN), a National Defense University (NDU), o National War College (NWC), o Armed Forces Staff College (AFSC), o Naval War College (NWC), o Collège Interarmées Défense (CID), o Instituto Superiore di Stato Maggiore Interforze (ISSMI) e o Instituto Alti Studi per la Difesa (IASD).

As necessidades de pessoal do Ministério da Defesa (MD), bem como das três Forças Armadas (FFAA) em nível do último posto de Oficial Superior (CMG, Cel ou Cel.-Av.) são analisadas quantitativamente e as atribuições do MD são analisadas qualitativamente. Chega-se à conclusão que a falta de pessoal civil pode ser suprida pelo pessoal militar, pois as Escolas Militares atendem às necessidades atuais do MD. Constata-se a necessidade de se incrementar o Estudo de OC e de OMP no nível dos cursos considerados e nos outros cursos de carreira dos Oficiais. Apresenta-se sugestões para enfrentar a dificuldade de recrutamento de pessoal civil para o MD.

Da análise dos CAEM conclui-se que há uma superposição entre o CAEPE e o CAPEM. Sugere-se que a MB estude a possibilidade de considerar este último equivalente ao C-PEM, a exemplo das outras FFAA e devido à similaridade entre os dois cursos da ESG. Conclui-se que os CAEM estão, em princípio, atendendo o cenário político-estratégico atual, exceto no que diz respeito à OC e OMP. Apresenta-se sugestões para solução desse problema.

É identificada a necessidade de maior integração das três FFAA e dos CAEM. Várias sugestões são apresentadas para se conseguir este intento e também para prosseguimento do estudo e pesquisa sobre o tema.

Tema: Cursos de Altos Estudos Militares (CAEM) nas Forças Armadas Brasileiras

Título: O MINISTÉRIO DA DEFESA E OS CURSOS DE ALTOS ESTUDOS MILITARES. O QUE É PRECISO MUDAR?

Tópicos a abordar :

- Analisar as alterações necessárias a serem efetuadas nos cursos de Oficiais, em relação às operações combinadas e operações de manutenção da paz;
- Identificar a conveniência de maior integração nos CAEM das três Forças Singulares e da Escola Superior de Guerra (ESG);
- Há compatibilidade dos CAEM das três Forças Singulares e da ESG com o cenário político-estratégico mundial atual?; e
- Verificar se os CAEM da ESG atendem às necessidades do Ministério da Defesa (MD). Sugestões para aprimoramento.

Proposição :

Apresentar a estrutura e os currículos dos CAEM das Forças Singulares e da ESG, utilizados no Ano 2000, no seu mais alto nível. Apresentar as experiências similares em países ocidentais. Identificar e analisar as necessidades do Ministério da Defesa, no que se refere ao ensino, de Operações Combinadas e Operações de Manutenção da Paz, considerando o atual cenário político-estratégico. Analisar a situação dos CAEM à luz dos tópicos mencionados, especialmente no que se refere à necessidade de maior integração das Forças Armadas e, caso identificada alguma necessidade de mudança, propor alterações nos currículos dos cursos ou adoção de outras medidas que possam contribuir para minimizá-las ou mesmo eliminá-las.

Número de Palavras: 12.418

SUMÁRIO

	Página
Lista de Tabelas.....	vi
Introdução.....	vii
CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1
CAPÍTULO 2 – OS CURSOS DE ALTOS ESTUDOS MILITARES.....	4
- SEÇÃO I- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA.....	4
Os estagiários	6
Os currículos atuais	7
- SEÇÃO II- ESCOLA DE GUERRA NAVAL.....	8
- SEÇÃO III- ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO.....	11
- SEÇÃO IV- ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA.....	14
- SEÇÃO V- OUTROS CENTROS DE ESTUDO OU CURSOS DE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E DEFESA.....	16
CAPÍTULO 3 – OS CAEM EM PAÍSES OCIDENTAIS.....	18
- SEÇÃO I- ARGENTINA.....	18
- SEÇÃO II- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.....	19
“National Defense University”	20
“National War College”	21
“Armed Forces Staff College”	21
“Naval War College”	22
- SEÇÃO III- FRANÇA	23
- SEÇÃO IV- ITÁLIA.....	24
“Istituto Superiore di Stato Maggiore Interforze”	25
“Istituto Alti Studi per la Difesa”	26
- SEÇÃO V- ASPECTOS A CONSIDERAR NOS NOSSOS CAEM	26
CAPÍTULO 4 – AS NECESSIDADES DE PESSOAL QUALIFICADO.....	29
- SEÇÃO I- ANÁLISE SUPERFICIAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA.....	29
- SEÇÃO II- NECESSIDADES DA MARINHA DO BRASIL.....	32
- SEÇÃO III- NECESSIDADES DO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	33
- SEÇÃO IV- NECESSIDADES DA AERONÁUTICA.....	34
- SEÇÃO V- FORMAÇÃO DE OFICIAIS PARA OPERAÇÕES COMBINADAS.....	34
- SEÇÃO VI- FORMAÇÃO DE OFICIAIS PARA OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ.....	36
- SEÇÃO VII- COMO ESTÁ A INTEGRAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS?.....	37
CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DOS CAEM À LUZ DOS TÓPICOS CONSIDERADOS.....	40

- SEÇÃO I- COMPATIBILIDADE COM O CENÁRIO POLÍTICO- ESTRATÉGICO.....	40
Como se preparar para a incerteza?.....	40
- SEÇÃO II- INTEGRANDO AS FORÇAS ARMADAS.....	41
Como Integrar?.....	42
Sugestões para os CAEM das Forças Armadas.....	43
- SEÇÃO III- ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DO MINISTÉRIO DA DEFESA.....	44
- SEÇÃO IV- É POSSÍVEL UM CURSO ÚNICO?.....	46
- SEÇÃO V- OUTROS TÓPICOS.....	48
 CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES E SUGESTÕES.....	 49
 ANEXO A – QUADROS RESUMO DOS ALUNOS E ESTAGIÁRIOS DOS CAEM (1991-1999)	 A-1
 ANEXO B – CURRÍCULOS RESUMIDOS DOS CAEM.....	 B-1
 ANEXO C – OFICIAIS DIPLOMADOS DA ESG AINDA NO SERVIÇO ATIVO (1991-1996).....	 C-1
 ANEXO D – OFICIAIS QUE REALIZARAM CAEM EM FFAA DIFERENTE DA SUA DE ORIGEM, AINDA NO SERVIÇO ATIVO	 D-1
 ANEXO E – DADOS COMPARATIVOS ENTRE O BRASIL E ALGUNS PAÍSES OCIDENTAIS.....	 E-1
 ANEXO F – PLANO DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL DAS FORÇAS ARMADAS DOS EUA.....	 F-1
 ANEXO G – INSTITUIÇÕES DA NATIONAL DEFENSE UNIVERSITY.....	 G-1
 ANEXO H – EXTRATOS DOS CURRÍCULOS DE CAEM NOS EUA.....	 H-1
 ANEXO I – EXTRATOS DOS CURRÍCULOS DOS CAEM NA ITÁLIA.....	 I-1
 ANEXO J – ESTRUTURA REGIMENTAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA (EXTRATO ANEXO DEC. 3466/2000)	 J-1
 ANEXO L – QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA (EXTRATO)	 L-1
 ANEXO M – TÓPICOS ESPECIAIS ABORDADOS NOS CAEM	M-1
 ANEXO N – CURRÍCULO BÁSICO PARA OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ.....	 N-1
 ANEXO O – BIBLIOGRAFIA.....	 O-1

LISTA DE TABELAS

TABELA N°	TÍTULO	PÁGINA
1	CORRESPONDÊNCIA ENTRE OS TERMOS COMBINADO, CONJUNTO E INTERALIADO.....	2
2	DIPLOMADOS NO CAEPE (1991-1999).....	A-1
3	DIPLOMADOS NO CEMCFA (1991-1993) E NO CAEPEM (1994-1999).....	A-2
4	DIPLOMADOS NO CSIE (1996-1999).....	A-3
5	DISCIPLINAS DO PERÍODO BÁSICO DOS CAEM DA ESG.....	B-1
6	DISCIPLINAS DO PERÍODO DE APLICAÇÃO DOS CAEM DA ESG.....	B-2
7	OFICIAIS E CONVIDADOS QUE CONCLUÍRAM O C-PEM (1991-1999)	A-4
8	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO C-PEM.	B-3
9	OFICIAIS QUE CONCLUÍRAM O CPEAEX (1991- 1999)	A-5
10	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO CPEAEX	B-4
11	QUADRO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CPEAEX.....	B-4
12	OFICIAIS E CONVIDADOS QUE CONCLUÍRAM O CPEA (1991-1999)	A-6
13	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO CPEA.	B-5

INTRODUÇÃO

“This is a time of great change for our university, for the defense community, and for our nation as a whole. The respect that National Defense University enjoys within the defense community is reflected in our growth.....”¹

(General de Exército Richard Chilcoat do Exército dos EUA,
Presidente da National Defense University)

A mudança, hoje em dia, pode ser considerada como a tendência mais presente, mais crescente e mais marcante. Em qualquer setor produtivo ou área militar ou civil, industrial, comercial ou de serviços, a mudança ou melhor, a evolução, é acelerante, sufocante e impiedosa contra os que não podem evoluir ou os que se contentam com a estagnação.

Exemplos significativos são: as alterações políticas e econômicas sofridas pela ex-União Soviética, impensáveis e imprevisíveis até a sua ocorrência; a abertura dos mercados; as megafusões de empresas; a revolução nas comunicações trazida por novas tecnologias e, em particular, pela Internet²; o aumento do poder da mídia; a forma como transcorreu e foi acompanhada por todo o mundo a Guerra do Golfo em 1991; e o avanço tecnológico em todos os campos do conhecimento afetando o desempenho e a produtividade de todos os setores de um país incluindo o militar.

Naturalmente as mudanças trouxeram e trazem conseqüências nas estruturas política, econômica, social e militar do nosso país, gerando reflexos nos setores de

¹ Extrato de mensagem aos alunos de 1999, que pode ser traduzido como: “Este é um tempo de grandes mudanças para a nossa universidade, para a comunidade de defesa e para a nossa nação como um todo. O respeito que a Universidade de Defesa Nacional desfruta na comunidade de defesa está refletido em nosso crescimento”... (50: v.).

² Internet é a grande rede mundial de computadores de acesso livre a pessoa física ou jurídica.

ensino, treinamento e formação. Em 1999, após mais de 5 anos de estudos e debates em todos os fóruns nacionais, foi criado o Ministério da Defesa (MD). Com a sua criação e com as ações decorrentes da aglutinação dos três Ministérios Militares em um, vieram as alterações na estrutura de defesa do país e na administração de alto nível das Forças Armadas (FFAA). O Estado-Maior da Armada, ciente desta tendência, e consciente da importância da educação para fazer face às mudanças, propôs este tema, como um dos obrigatórios, à Escola de Guerra Naval, para ser desenvolvido no C-PEM.

Alguns questionamentos nos vêm à mente: nossos Cursos de Altos Estudos Militares têm se adaptado a essa tendência de mudança? Estão se atualizando? Com a criação do MD, mudará a forma de atuação das FFAA? Será preciso integrá-las? Como os outros países ocidentais lidaram com essa problemática? A experiência deles pode ser aplicada no Brasil?

Este trabalho tentará abordar essas questões enfocando as necessidades de mudança no ensino e no estudo de política e estratégia, no seu mais alto nível, no âmbito do Ministério da Defesa, apresentando algumas conclusões e sugestões.

No Capítulo I, são apresentados alguns pressupostos que balizam o nosso trabalho. No Capítulo seguinte, apresentamos como estão estruturados os CAEM e seus currículos nos dias de hoje, ressaltando as alterações mais recentemente sofridas.

No Capítulo III, apresentamos os CAEM de quatro países ocidentais importantes, Argentina, Estados Unidos da América (EUA), França e Itália e tecemos algumas considerações sobre a aplicabilidade das soluções adotadas no nosso caso.

No Capítulo que se segue, fazemos uma análise qualitativa e quantitativa das necessidades identificadas no MD e nas três FFAA, com especial ênfase no que tange às Operações Combinadas e Operações de Manutenção da Paz, comparando-as com os currículos atuais dos CAEM e apresentando sugestões.

No Capítulo cinco, analisamos a questão da integração entre as FFAA e entre os CAEM, à luz do cenário político-estratégico atual. Algumas sugestões são apresentadas e discutidas.

Finalmente, no último Capítulo, são sintetizadas as conclusões e consolidadas as sugestões para solução das deficiências apontadas no decorrer do trabalho e consolidadas também as questões remanescentes e sugestões de trabalhos futuros sobre esse tema.

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao iniciarmos este estudo, cumpre-nos tecer algumas considerações sobre a sua abrangência, os pressupostos assumidos e a metodologia utilizada.

O foco do mesmo está centrado nos Cursos de Altos Estudos Militares de mais alto nível realizados, normalmente, no último posto da carreira militar antes de atingir o Almirantado ou Generalato, ou seja, Capitão-de-Mar-e-Guerra (CMG) para a Marinha do Brasil (MB), Coronel (Cel) para o Exército Brasileiro (EB) e Coronel-Aviador (Cel.-Av.)¹ para a Força Aérea Brasileira (FAB) e, mais especificamente, em alguns aspectos dos mesmos como as Operações Combinadas (OC) e as Operações de Manutenção da Paz (OMP).

Operação Combinada (“*Joint Operation*”) é aquela em que elementos ponderáveis de mais de uma Força Armada (FA) operam sob comando único (30:2-5). Uma OC elimina a possibilidade das FFAA realizarem guerras individuais independentes. O Brasil não tem tradição de executar ações estratégicas, operacionais ou táticas desta forma.

Operação Conjunta é aquela em que elementos ponderáveis de mais de uma FA são empregados coordenadamente, com propósitos e ações interdependentes ou complementares, sem que haja constituição de um comando único da operação, no escalão considerado (30:2-5). Essas operações são mais usuais entre as Forças Armadas Brasileiras.

Operação Interaliada ou de Coalizão é a forma de operação que emprega forças armadas de mais de um país, que operam de forma coordenada e sob comando único

¹ As abreviaturas dos postos são apresentadas com a grafia exata com são utilizadas em cada FFAA, nos documentos e publicações oficiais.

(21:12).

Quando estudamos esse assunto em publicações ou referências estrangeiras, especialmente de países latinos, a terminologia tende a nos confundir. Utilizaremos neste trabalho o quadro (Tab. 1) abaixo reproduzido da Leitura Seleccionada LS506-00 (21:11), utilizado pela Escola Superior de Guerra (ESG).

PAÍSES:			
Brasil	Operação Combinada	Operação Conjunta	Operação Interaliada
Argentina	<i>Operación Conjunta</i>		<i>Operación Combinada</i>
EUA	<i>Joint Operation</i>		<i>Combined Operation</i>
França	<i>Operation Combinée</i>	<i>Operation Interarmée</i>	<i>Operation Interaliée</i>
Itália	<i>Operazione Interforze</i>		<i>Operazione Interalleate</i>
Portugal	<i>Operação Conjunta</i>		<i>Operação Combinada</i>

Tabela 1 – Correspondência entre os termos Combinado, Conjunto e Interaliado

As OC e a conseqüente ocorrência de comandos combinados têm sido utilizadas nos Estados Unidos da América (EUA) desde a Segunda Guerra Mundial. Passaram a ser utilizados com mais consistência e freqüência, após o “*Goldwater-Nichols Act*”² (1986), nos EUA e após a Guerra do Golfo (1990-1991) nos outros países.

Com o término da guerra fria, os conflitos limitados e regionais, motivados por razões étnicas, históricas, sociais, econômicas e raciais cresceram muito em todos os continentes. A Organização das Nações Unidas (ONU), cumprindo o seu papel institucional, e agora sem as restrições usuais causadas pelos vetos dos membros do Conselho de Segurança, tem deliberado e decidido intervir com muito mais freqüência, resultando num grande número de OMP. Até 1987, haviam sido criadas 13 missões. A

² Este foi o nome dado à nova legislação do Congresso dos EUA, que determinou a reorganização do Departamento de Defesa, adotando nova estrutura de comando e controle, novas doutrinas de planejamento e operação nas forças armadas americanas e fortalecendo a educação do Corpo de Oficiais (43:2), com forte ênfase nos Comandos Combinados.

partir de 1988 e até hoje foram criadas mais de 36 (46:2).

Por isso adotamos como período de observação das escolas militares brasileiras que ministram os CAEM, os últimos 10 anos, pois neste período, algumas mudanças já foram implementadas como decorrência das novas tendências mundiais.

Um outro ponto pressuposto é o fato de que no Brasil, por razões históricas e culturais que não nos cumprem analisar, há um desinteresse da sociedade, do povo em geral e das instituições de ensino não-militares pelos assuntos de política, estratégia e defesa do nosso país. O povo não é politizado e não existe ainda uma comunidade de defesa pensante e atuante fora do meio militar, como existe em outros países mais desenvolvidos e com um povo de melhor nível educacional.

Quanto à metodologia utilizada para a pesquisa, tentamos, infrutiferamente, estabelecer um modelo de CAEM para referenciar a nossa análise, levantando-se as necessidades do Ministério da Defesa (MD) e dos Comandos Militares. Fizemos uso de muitas entrevistas com membros do MD, dos Órgãos de Direção Geral (ODG) e Setorial (ODS) das FFAA, de atuais alunos e ex-alunos de CAEM realizados no exterior e com militares e civis das quatro escolas onde são ministrados nossos cursos. Essas entrevistas foram realizadas pessoalmente, por telefone ou por e-mail³. Fizemos uso ainda das muitas informações contidas nos relatórios de curso realizados pelos Oficiais de Marinha em instituições no exterior e, naturalmente, obtivemos muitos dados das palestras e conferências ministradas e seus respectivos debates, realizados no curso até a presente data.

Feitas essas considerações iniciais, passemos então a verificar quais são e como estão os currículos dos nossos CAEM.

³ Correspondência eletrônica utilizando-se a Internet.

CAPÍTULO 2

OS CURSOS DE ALTOS ESTUDOS MILITARES

SEÇÃO I - ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

A ESG, localizada no Forte S. João, Urca e subordinada ao Ministério da Defesa, ministra, em caráter regular, os seguintes CAEM (5:11):

- Curso Especial de Altos Estudos de Política e Estratégia (CEAEPE);
- Curso de Atualização da Escola Superior de Guerra (CAESG);
- Curso Intensivo de Mobilização Nacional (CIMN);
- Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE);
- Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia Militares (CAPEM); e
- Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE).

O CEAEPE, com duração de vinte semanas, *“destina-se a proporcionar a civis e militares, nacionais e estrangeiros, conhecimentos para o exercício de funções em órgãos responsáveis pela formulação de políticas, estratégias e planejamento de governo; e a difundir a Doutrina e o Método de Planejamento da Ação Política da ESG”* (18:15).

O CAESG destina-se a manter atualizados os conhecimentos doutrinários e metodológicos dos diplomados da ESG do CAEPE e CAPEM. Tem uma duração de três a quatro semanas distribuídas em diversas atividades durante o ano, que incluem a frequência aos Ciclos de Atualização Doutrinária; de Estudos de Política e Estratégia da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG); e de Extensão da ESG, além de trabalho individual sobre tema proposto pelo participante.

O CIMN, com duração de 20 semanas, destina-se a criar mentalidade, preparar recursos humanos, conhecer as condições nacionais e aprofundar conhecimentos sobre a

mobilização nacional.¹

O CAEPE, CAEPEM e CSIE, que serão objeto da nossa análise, têm duração de 40 semanas e destinam-se respectivamente a (18:5-12):

- CAEPE: - *“habilitar civis e militares para o exercício de funções de direção e assessoria de alto nível, especialmente nos órgãos responsáveis pela formulação das políticas de segurança e de desenvolvimento nacionais e dos planejamentos estratégicos decorrentes; e*
- *contribuir para o aprimoramento do planejamento da Segurança e do Desenvolvimento Nacionais.”*
- CAEPEM: - *“habilitar Oficiais das Forças Armadas para o exercício de funções de direção e assessoria de alto nível, nos órgãos responsáveis pela formulação da política nacional, particularmente no campo da segurança e do desenvolvimento e dos planejamentos estratégicos militares decorrentes;*
- *habilitar Oficiais das Forças Armadas para o exercício de funções de comando, de chefia e de estado-maior combinado; e*
- *contribuir para o aprimoramento da Doutrina, da Política e da Estratégia Militares Brasileiras.”*
- CSIE: - *“habilitar civis e militares para o exercício de funções de direção e assessoria superior em Inteligência Estratégica, nos órgãos responsáveis pela formulação da política nacional, especialmente no campo da segurança e do desenvolvimento e dos planejamentos de informações estratégicas decorrentes; e*
- *contribuir para o aprimoramento da Doutrina, Política e Estratégia das informações estratégicas.”*

O CAEPE foi ministrado pela primeira vez em 1986, substituindo o Curso Superior de Guerra. Desde então seu currículo vem sendo atualizado e, hoje em dia, isto é realizado anualmente pela Divisão de Pesquisa e Doutrina da ESG.

O CAEPEM foi criado em 1994, substituindo o antigo Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA) e teve seu currículo atualizado em 1999, pela Divisão acima mencionada. Já o CSIE foi criado em 1996 e teve seu currículo atualizado também no ano passado.

¹ Mobilização Nacional, nesse contexto, é o conjunto de medidas governamentais e militares para determinada ação militar (49:1144).

Os estagiários

Os militares que cursam o CAEPE são do último posto do Ciclo de Oficiais Superiores ou Oficiais Gerais. Este curso, o mais tradicional da ESG, costuma ter como estagiários um grande número de personalidades civis dos três poderes do governo federal, da comunidade acadêmica e da iniciativa privada. Entretanto, chegou ao nosso conhecimento a dificuldade que a ESG tem encontrado, nos últimos anos, para receber estagiários oriundos dos primeiros escalões do governo, em função da distância de Brasília e da duração dos cursos², entre outras razões de menor importância.

O CAPEM e o CSIE têm sido freqüentados por coronéis do EB e da FAB e por CF da MB, desde 1996. O CSIE também é freqüentado por funcionários civis e Oficiais das Forças Auxiliares (FAux).

As tabelas 2, 3 e 4, no Anexo A, mostram um quadro resumo histórico dos estagiários que concluíram, nos últimos nove anos, o CAEPE, o CAPEM (CEMCFA) e o CSIE. De 1991 a 1999, foram 1051 diplomados nos três cursos, sendo 454 das três FFAA igualmente distribuídos, 39 das FAux e 558 cidadãos brasileiros das mais diversas profissões dos setores público e privado. No CAEPE, foram cerca de 90 militares de cada força singular, 34 das FAux e mais de 500 servidores públicos e profissionais liberais, entre os quais 117 professores e 42 empresários ou administradores. No CAPEM, foram 156 militares, sendo 60 da FAB, 49 da MB e 47 do EB; e no CSIE 55 diplomados dos quais 22 civis e cinco das FAux.

Ainda das tabelas 2 e 3, observamos que apenas 27% dos militares da MB, que cursaram na ESG desde 1991, encontram-se na ativa em junho de 2000. Na FAB e no EB esses números são sempre superiores a 40%, chegando a 57% no caso dos militares do EB com CAPEM. Se reduzimos o campo de observação para a partir de 1996, os

² Palestra ao C-PEM, no Ministério da Defesa, em 04 de abril de 2000.

números são melhores e sempre superiores a 50%, apesar de os percentuais da MB serem sempre menores que os do EB e FAB.

Ao observarmos esses números significantes não podemos nos furtar de fazer alguns questionamentos. Por que não temos no Brasil uma comunidade de defesa atuante? Haveria falta de pessoal qualificado para trabalhar no Ministério da Defesa? Poderia a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) ser o embrião dessa comunidade? Por que um número menor de Oficiais da MB, que cursaram na ESG, permanecem na ativa, em comparação com os do EB e FAB? Voltaremos a esses pontos mais adiante.

Os currículos atuais

Os currículos dos cursos estão hoje estruturados como descrito no Plano de Estudos de 2000 (20:E-121--E-2624) de onde podemos destacar:

- a) os dois períodos que se compõem os cursos: Básico, comum aos três cursos, e de Aplicação, que possui disciplinas comuns e disciplinas específicas a cada CAEM. Ambos estão nas Tab. 5 e 6, no Anexo B, com suas cargas horárias em 1996 e 2000;
- b) ao compararmos a carga horária de 1996 com a de 2000 podemos notar que são semelhantes e que houve, no CAEPE e CAPEM, uma redução de cerca de 80 tempos de aula. No CAPEM, foi privilegiada a fase de política em detrimento da fase de Doutrina e Estratégia Militar, coerente com o nível elevado do curso;
- c) que o CAEPE e o CAPEM são cursos muito semelhantes, têm hoje apenas cerca de 100 tempos de atividades em ambientes diferentes. São as aulas e trabalhos relativos ao Planejamento Estratégico que no CAEPE são levados a efeito no nível político e no CAPEM, no nível militar. O EB e a FAB consideram o CAPEM equivalente ao seus cursos de mais alto nível. A MB não;
- d) que no CAPEM são realizados três estudos em grupo utilizando-se a Metodologia

- de Planejamento da Ação Política: a Concepção Política Militar, a Concepção Estratégica Militar e o Planejamento de Defesa Nacional. No CAEPE, são elaborados a Concepção Estratégica Nacional, com participação do CSIE e o Trabalho de Planejamento de Plano de Governo. Os três cursos juntos elaboram a Concepção Política Nacional;
- e) que a elaboração de monografia, realizada em paralelo às demais atividades, é requisito para os três cursos. Os temas são indicados pela ESG e tentam aproveitar a experiência dos estagiários sempre que possível. Cada monografia tem um orientador indicado pela própria ESG;
 - f) que os cursos realizam várias visitas na área Rio, com o propósito de coletar dados de interesse para a Avaliação da Conjuntura, tais como: o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), a Base de Fuzileiros Navais na Ilha do Governador, a Brigada de Infantaria Pára-quedista do EB, o Batalhão de Aviação do Exército, a Base Aérea de Santa Cruz e a sede da Esquadra, na Base Naval do Rio de Janeiro; e
 - g) que os cursos fazem quatro viagens de estudo (VE), com o mesmo propósito e mais o de manter contatos diretos com autoridades e personalidades representativas das elites locais. Três delas são pelo Brasil e uma vai ao exterior, visitando o Chile a Bolívia e o Peru em 2000.

Tomamos conhecimento em visita ao MD, que os cursos e currículos da ESG estão sendo revistos, por proposta da MB, para incorporar alterações que reflitam o novo cenário político-estratégico e a nova estrutura de defesa do país.

SEÇÃO II - ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Localizada na Praia Vermelha, Urca e subordinada ao Estado-Maior da Armada (EMA), a Escola de Guerra Naval (EGN) ministra os seguintes CAEM, com duração

média de 40 semanas:

- Curso de Comando e Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS);
- Curso Superior (C-SUP); e
- Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM).

Cursam o C-EMOS e o C-SUP Capitães-de-Corveta ou Capitães-de-Fragata dos três corpos tradicionais (CA, FN e IM) da MB e Oficiais de posto similar de marinhas amigas. Em 2000, são cerca de 140 Oficiais, sendo 10 estrangeiros. Oficiais da FAB e do EB não costumam freqüentar estes dois cursos.

O C-PEM, que será objeto da nossa análise, tem o seguinte propósito:

“Complementar a qualificação dos Oficiais do CA, CFN, CIM, Corpo de Engenheiros da Marinha (CEM) e do Quadro de Médicos (Md) do Corpo de Saúde da Marinha (CSM), a fim de prepará-los para o exercício dos cargos da Alta Administração Naval. Secundariamente, o curso objetiva capacitar civis e oficiais superiores das outras Forças Armadas para o exame dos principais assuntos relacionados com a Marinha e o Poder Marítimo” (13:1-1).

Freqüentam, em 2000, o C-PEM, 33 CMG, um Cel do Exército da Arma de Infantaria, um Cel.-Av. da FAB, dois Capitães-de-Longo-Curso da Marinha Mercante e um funcionário civil da Marinha, engenheiro naval.

A Tab. 7, no Anexo A, mostra um histórico de alunos nos últimos nove anos, ressaltando o quantitativo de Oficiais Cursados das outras FFAA, ainda na ativa, em junho de 2000. Verifica-se que dos oito Oficiais do EB que cursaram, seis ainda permanecem na ativa e que dos oito Oficiais da FAB, apenas quatro. A EGN tem o costume de convidar, anualmente, representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que raramente aceitam. Oficiais da Marinha Mercante e funcionários civis da MB, que estão sempre presentes e motivados. No período considerado foram quase dois por ano e dezesseis ao todo.

O C-PEM foi criado em 31 de março de 1984, pela Portaria 0473 do Ministro da

Marinha. O seu currículo, que é atualizado anualmente e aprovado pelo EMA, está estruturado como descrito em (13:2-1 – 2-18), de onde podemos destacar:

- a) os três grandes blocos que compõem o curso, quais sejam, a Avaliação Estratégica da Conjuntura Internacional, a Avaliação Estratégica da Conjuntura Nacional e a elaboração do Conceito Estratégico Naval para o Brasil, com elaboração de um Projeto de Força, que é testado em um jogo de manobra de crise ao fim do curso;
- b) que a Monografia, com temas propostos pelo EMA, é parte importante e obrigatória do curso, pois exercita a capacidade de coleta de dados, análise e síntese dos Oficiais Alunos em temas atuais que, certamente, serão de utilidade no decorrer da carreira. As monografias devem ser com cerca de 10.000 palavras e não possuem orientador de conteúdo como na ESG. Todos os trabalhos são apresentados no fim do ano aos alunos com a presença de autoridades e especialistas convidados;
- c) o C-PEM não realiza visitas curriculares na área Rio. São realizadas três viagens de estudo nacionais e uma ao exterior (MERCOSUL), onde são visitados órgãos das três FFAA e empresas estatais e privadas de importância no cenário nacional.
- d) as disciplinas e suas respectivas cargas horárias, que estão no Anexo B (Tab. 8);
- e) que comparando-se a carga horária de 1996 com a de 2000, notamos que são similares não refletindo a revisão completa realizada em 1999. Esta revisão incorpora, pela primeira vez, a elaboração do projeto de força seguindo metodologia desenvolvida pela EGN à luz do que de mais moderno existe nas escolas de nível similar, no exterior.

O Currículo não apresenta a participação do C-PEM em exercício de planejamento combinado com os cursos de mesmo nível do EB e da FAB a ser realizado em outubro próximo, reflexo dos estudos em andamento no âmbito do MD com participação das Forças. O Currículo não reflete também estudo sobre Comandos

Combinados realizado em outubro/2000 por determinação do EMA e que redundou em diversas sugestões sobre o assunto que não estão mencionadas neste trabalho.

Em entrevista realizada com o Diretor da Escola de Guerra Naval³, foi constatado que a orientação desejada e aplicada no C-PEM é a de provocar os Oficiais a conceber novas estratégias, conhecer e saber lidar e se utilizar das novas tecnologias, criar a capacidade de antever soluções para o futuro sem, no entanto, perder de vista a realidade brasileira e tendo em mente as políticas e estratégias Nacional e Militar de Defesa⁴. Com esta orientação é esperado que a MB tire maior proveito dos trabalhos curriculares produzidos pelos Oficiais no decorrer do curso.

SEÇÃO III- ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Localizada na Praia Vermelha, Urca e subordinada ao Departamento de Ensino e Pesquisa do EB, a ECEME ministra os seguintes Cursos de Altos Estudos Militares do Exército:

- C-PREP ECEME – para preparação dos Oficiais para o Concurso de Admissão (ensino à distância por correspondência);
- Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM), para os Oficiais da Armas⁵, com duração de dois anos;
- Curso de Comando e Estado-Maior de Serviços para Oficiais Intendentes (CCEMS/Int.), com duração de dois anos;
- Curso de Comando e Estado-Maior de Serviços, para Oficiais Médicos (CCEMS/Sau) e o Curso de Direção para Engenheiros Militares (CDEM), com duração de um ano; e
- Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEX);

³ O Contra-Almirante José Eduardo Pimentel de Oliveira, foi entrevistado em abril/2000.

⁴ O autor pode constatar durante o curso que, efetivamente, as metas pretendidas foram alcançadas.

O CCEM e o CCEMS/Int. são atendidos por Majores e Tenentes-Coronéis do EB e por Oficiais de posto similar de exércitos de países amigos. Em 2000, são 97 Oficiais no primeiro ano e 104 no segundo. Os Oficiais de Nações Amigas (ONA), que cursam apenas o primeiro ano, são 14. A FAB e a MB não costumam enviar Oficiais para freqüentar estes dois cursos.

O CPEAEX, curso onde centraremos a nossa análise, tem os seguintes objetivos⁶ (9:1):

“a) atualizar e ampliar os conhecimentos para oficiais já possuidores de Curso de Altos Estudos Militares com a finalidade de exercerem cargos e funções previstos na estrutura organizacional do Exército, relacionados com a formulação de políticas, alta administração e com o planejamento estratégico dirigido ao preparo e ao emprego do Exército;

b) habilitar oficiais superiores não possuidores de Curso de Altos Estudos Militares para o exercício de cargos e funções:

- 1) de assessor da alta administração do Exército;*
- 2) de Generais-de-Brigada, para os quais não é exigido aquele curso, conforme dispuser legislação específica.”*

Assim, estão freqüentando o CPEAEX em 2000, 29 Coronéis do EB, um CMG (FN), um Cel.-Av. da FAB.

A Tab. 9, no Anexo A, mostra um histórico dos alunos nos últimos nove anos. Dela podemos notar que o CPEAEX não tem outros participantes que não os das três FFAA e que, de um total de 277 alunos tivemos 263 do EB, sete da MB e sete da FAB. Dentre os da FAB e MB, estão na ativa, em 2000, cinco (71%) de cada Força.

O CPEAEX foi criado pela Portaria no. 030-5^a Subchefia do Estado-Maior do Exército (EME), em 11 de agosto de 1987, tendo a primeira turma cursado em 1988. Teve seu currículo atualizado, pela última vez em 1999, estando ele em tramitação no EME, para aprovação. O Currículo é revisto anualmente.

O Currículo do Curso, está estruturado como descrito no Documento de

⁵ Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações e Material Bélico.

⁶ A palavra foi utilizada com o sentido com que é entendida no meio civil e nas outras FFAA. Na MB se utiliza usualmente “propósitos”.

Currículo (9) e no Plano de Disciplinas (10), de onde podemos destacar:

- a) a inclusão no currículo do curso de seis semanas dedicadas à realização de um “Master Business Administration” (MBA) na Fundação Getúlio Vargas (FGV), cuja carga horária está incluída na disciplina de Administração.
- b) a realização de OC, com alunos do curso em nível similar da Aeronáutica, em outubro, para planejamento e elaboração de estratégias de governo e militares para as Forças Aérea e Terrestre com a finalidade de planejar e resolver problemas hipotéticos em regiões brasileiras;
- c) as Monografias, que podem ser de 15 a 50 páginas e cujos temas são, em grande parte, propostos pelos alunos, de forma a se aproveitar o conhecimento acumulado durante a carreira. Algumas delas, a critério da administração do curso, são apresentadas a todos os alunos formalmente;
- d) as disciplinas e suas respectivas cargas horárias, constantes da Tab. 10 no Anexo B;
- e) que, comparando-se a carga horária de 1996 com a de 2000, notamos um crescimento da disciplina Administração, em função do MBA na FGV, e uma inversão de carga horária em algumas disciplinas;⁷
- f) que as viagens de estudo, em número de cinco, estão correlacionadas à exposição e estudo do assunto em sala de aula previamente;
- g) que existem visitas realizadas a OM das outras FFAA na área Rio como: AMRJ, Centro de Análises e Sistemas Navais (CASNAV), ESG e Universidade da Força Aérea (UNIFA);
- h) que as aulas no CPEAEX são ministradas em cinco tempos pela manhã, sendo, a princípio, três dedicados à exposição oral e dois dedicados aos debates;
- i) as Atividades Complementares mostradas na Tab. 11 do Anexo B;

⁷ Entrevista realizada em abril/2000 com o Cel Inf Adhemar da Costa Machado Filho, Coordenador Administrativo do CPEAEX.

Os Ciclos de Estudos Militares são realizados a noite e, apesar de não previstos inicialmente no currículo, estarão sendo realizados em dezembro/2000, sobre os seguintes assuntos: Logística, Amazônia e Defesa Nacional⁸.

SEÇÃO IV- ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

Localizada no Campo dos Afonsos em Marechal Deodoro e sendo parte integrante da Universidade da Força Aérea⁹, a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), fundada em 1947, é hoje subordinada ao Departamento de Ensino da Aeronáutica e ministra os seguintes Cursos de Altos Estudos Militares (60:5).

- Curso Básico de Admissão (CBA), totalmente à distância, realizado em 38 semanas, pelos Oficiais Superiores, para embasamento cultural e preparação para o CCEM;
- Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM), para Oficiais Superiores, com duração de quarenta semanas¹⁰; e
- Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA).

O CCEM e o CBA são atendidos por majores e tenentes-coronéis da Força Aérea Brasileira e por Oficiais de posto similar da Força Aérea de países amigos. Em 2000, são 194 Oficiais da Aeronáutica e 10 das nações amigas no CCEM e 318 Oficiais no CBA. O EB e a MB não costumam enviar Oficiais para freqüentar esses dois cursos.

O CPEA, com duração de cerca de 40 semanas e sendo o foco principal da nossa atenção, tem por objetivo:

"Proporcionar aos instruídos experiências de aprendizagem que os

⁸ Entrevista realizada em julho/2000 com o Cel Art Sérgio Dias da Costa Aita, um dos coordenadores das atividades do CPEAEX.

⁹ A UNIFA, criada em 1983, tem por finalidade planejar, orientar, coordenar e controlar os cursos destinados a ministrar o ensino de aperfeiçoamento e o de altos estudos militares, necessários à preparação para as funções de Oficiais Superiores e de Oficiais-Generais, bem como os cursos de especialização e os estágios que lhe forem determinados (60:5).

¹⁰ As vinte semanas iniciais são ministradas utilizando-se a técnica de ensino à distância, e as vinte semanas subsequentes, por meio de ensino presencial, na ECEMAR (60:8).

habilitem a:

- participar da formulação e da condução do planejamento político-estratégico da Aeronáutica;

- participar da formulação e da condução do planejamento estratégico-militar da Aeronáutica; e

- ampliar conhecimentos de cultura geral e militar aplicáveis ao desempenho das funções de mais alto nível da Aeronáutica (8: 7).

Assim, estão freqüentando o CPEA em 2000, 33 Coronéis da Aeronáutica, um CMG e um Coronel do Exército. Este curso (ou curso equivalente) é requisito para ascensão ao ciclo dos Oficiais-Generais.

A Tab. 12, no Anexo A, mostra um histórico de alunos nos últimos nove anos. Podemos notar da tabela em questão que dos 293 cursados, 273 são da Aeronáutica, nove da MB, nove do EB e apenas dois funcionários civis da Aeronáutica. Dos Oficiais do EB estão ainda sete (78%) na ativa, quatro deles Oficiais Generais, e da MB são apenas dois (22%). Eles estão listados no Anexo D.

O CPEA foi instituído como curso permanente da ECEMAR em 10 de dezembro de 1981, pelo Aviso nº 013/GM3. Pela Portaria nº 996/GM3, de 01 de setembro de 1982, que alterou dispositivos do Regulamento da ECEMAR, o CPEA foi incluído naquele Regulamento como um dos seus cursos permanentes, tendo a primeira turma cursado em 1984. O Curso é regido pela publicação IMA 37-23 Currículo Mínimo do CPEA, que foi atualizado, pela última vez em 1997, estando ele hoje aprovado pela Portaria nº 067/DE1, de 30 de agosto de 1997, do Departamento de Ensino da Aeronáutica.

O Currículo Mínimo do Curso, está estruturado como descrito na publicação de mesmo nome (7) e é complementado por um Plano de Unidades Didáticas (8), anualmente revisado e editado pela ECEMAR, de onde podemos destacar:

- a) a elaboração de trabalho de avaliação da conjuntura nacional e internacional, produto de toda a turma, que é anualmente enviado ao Estado-Maior da

Aeronáutica;

- b) a realização de seis viagens de estudo: às cinco regiões brasileiras mais o MERCOSUL, com finalidades similares às dos outros cursos;
- c) as disciplinas e suas respectivas cargas horárias na Tab. 13 do Anexo B;
- d) o currículo não contempla a elaboração de Monografia Individual pelos Oficiais Alunos;
- e) os estudos e o trabalho de avaliação da conjuntura são feitos de acordo com as Diretrizes aprovadas pelo Comando da Aeronáutica, que segue, em linhas gerais, os fundamentos doutrinários e a Metodologia de Planejamento de Ação Política da ESG;
- f) há visitas OM do Exército e da Marinha na área Rio como: o Centro Tecnológico do Exército, o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, a Esquadra, a Brigada de Infantaria Pára-quedista do EB, a Base Aérea Naval de São Pedro de Aldeia e o Instituto de Pesquisas da Marinha;
- g) o aumento substancial (160 tempos de aula) da carga horária de 1996 para 2000.

Anualmente o CPEA distribui aos seus ex-alunos ainda no serviço ativo, um CD-ROM com todas as palestras e trabalhos realizados naquele ano, à guisa de atualização de conhecimentos, juntamente com os dados da turma. Esta prática deve ser imitada pelos demais CAEM, incluindo-se as Escolas também como destinatárias.

SEÇÃO V- OUTROS CENTROS DE ESTUDO OU CURSOS DE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E DEFESA

Os cursos existentes no Brasil, nas universidades, são raros. Com esta denominação o autor não tem conhecimento de nenhum, exceto um recentemente criado

na Universidade Federal do Rio de Janeiro¹¹.

Existe curso de Relações Internacionais na Universidade de Brasília, em nível de graduação. No Rio de Janeiro, existe também um curso similar na Universidade Estácio de Sá, porém não reconhecido pelo Ministério da Educação, Cultura e Desporto. A Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio iniciou recentemente, por intermédio do Instituto de Relações Internacionais (IRI) um Curso Sequencial¹² em Relações Internacionais e possui também um curso em nível de mestrado. A PUC-MG e a PUC-SP possuem curso de Relações Internacionais em nível de graduação¹³.

O Instituto Rio Branco ministra Curso de Altos Estudos (CAE) para Primeiros Secretários (equivalente a CMG) que querem ascender ao posto de Ministro de Segunda Classe (equivalente a contra-almirante).

Naturalmente, a grande maioria das universidades brasileiras ministra curso de ciência política, mas com enfoque voltado para o estudo da arte e da ciência, portanto, diferenciado em relação ao enfoque dos CAEM, mais prático.

No tocante a Centros de Estudos de Política e Estratégia, temos conhecimento de dos existentes na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), na Universidade de Brasília e na Universidade de Campinas (52:1).

Se compararmos essa situação aos milhares de cursos em todos os níveis, existentes nos países desenvolvidos, aos muitos centro de estudos governamentais e privados (*“Think Tank”*), também existentes nesses mesmos países, constatamos que a nossa situação é precária e preocupante, como mencionado nas considerações iniciais.

¹¹ Entrevista com o CMG Salvador Ghelfi Raza, Encarregado da Área de Política e Estratégia, da EGN, em 31 de julho de 2000.

¹² De acordo com a nova Lei de Diretrizes e Bases do Ensino, um curso sequencial pode ser frequentado por candidatos já graduados em curso de base teórica correlata, a critério da instituição que oferece o curso sequencial.

¹³ Entrevista com a Prof. Sônia Camargo, diretora do IRI, em julho/2000.

CAPITULO 3

OS CAEM EM PAÍSES OCIDENTAIS

Para procedermos à observação e possibilitar a comparação entre os Cursos de Altos Estudos Militares de alguns países do hemisfério ocidental com os do Brasil, o quadro em Anexo E apresenta alguns dados correlatos julgados relevantes e condicionantes. Do quadro podemos ver que o Brasil tem o menor percentual de militares em relação a população e a menor quantidade de militares por km². Isto sem considerarmos os 4.5 milhões de Km² das Águas Jurisdicionais Brasileiras e os oito mil Km de extensão do litoral. Observamos também que, quanto ao percentual de militares cursando CAEM anualmente, com relação ao efetivo das FFAA, estamos equilibrados. Daí podemos concluir que a nossa quantidade atual de cursandos é adequada e não deve ser reduzida, a princípio.

Passaremos então a apresentar os CAEM dos países citados com algumas informações sobre o que se estuda de Operações Combinadas e Operações de Paz.

SEÇÃO I - ARGENTINA

Na Argentina, o "*Curso Superior de Defensa Nacional*" (CSDN) a "*Carrera de Posgrado Magister en Defensa Nacional*" ambos realizados na "*Escuela de Defensa Nacional*" (EDN), subordinada ao Ministério da Defesa Argentino, são os equivalentes aos nossos cursos da ESG (42:7).

No primeiro curso, são aceitos os candidatos provenientes das atividades públicas e privadas que, a juízo da EDN, tenham os requisitos necessários. Para o segundo, o postulante tem de ser possuidor de diploma de Curso de Graduação reconhecido pelo Ministério de Educação e Cultura Argentino e existe a necessidade de elaboração de uma tese para obtenção do Título.

O CSDN, em 1999, teve quarenta participantes sendo sete militares argentinos das três FFAA: dezessete militares de países amigos como Alemanha, Brasil (2), Espanha (2), Equador, EUA, México, Peru (5) e Venezuela (3); e de dezenove civis ou integrantes das forças de segurança interna¹ da Argentina. Não houve adoção de nenhuma medida ou diferenciação de acesso a qualquer aula ou documentação entre os estrangeiros e os argentinos (39:9-11).

Em termos de Operações Combinadas e de Manutenção da Paz, não houve nenhuma matéria específica. No curso de 1999, durante uma visita realizada no Ministério da Defesa foi realizada uma palestra sobre as missões de paz².

Há que se registrar que a Argentina possui uma Escola de preparação para as missões de paz da ONU para Oficiais, Praças e Civis e que participam dessas operações outros setores que não os militares. Digno de registro também a existência de Manual de Planejamento de Ações Militares Combinadas (58), desde 1986, que é utilizado pelos Oficiais da MB quando lá cursam como CC.

SEÇÃO II – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Nos EUA, os cursos e as escolas multiplicam-se, tanto subordinados ao Departamento da Defesa (DOD) quanto aos Secretários das Forças Armadas: Marinha, Exército, Força Aérea, Fuzileiros Navais e Guarda Costeira. Há uma compatibilização e integração entre as disciplinas cursadas, por meio de reuniões anuais entre representantes das diversas escolas, em vários níveis diferentes, coordenadas pelo presidente ou representantes da National Defense University (NDU)³.

¹ Gendarmeria, Prefeitura Naval e Polícia Federal.

² Entrevista realizada com o CMG (IM) Cesar de Oliveira Dias, que cursou o CSDN em 1999, na EGN, em julho/2000.

³ Entrevista com o Cel da Força Aérea James M. Keagle, Encarregado (DEAN) do Escritório de Assuntos Acadêmicos da NDU, em maio/2000.

O quadro em Anexo F apresenta, de forma sucinta, as Instituições de Ensino Militar, os nomes dos cursos e o que é ensinado em cada um, de forma bem geral, enfatizando-se o ensino de OC. Abordaremos de forma mais detalhada os cursos de algumas dessas instituições.

“National Defense University” (NDU)⁴

A NDU, situada em Washington, DC, é subordinada diretamente ao Chefe do Estado-Maior Combinado (“*Chairman Joint Chiefs of Staff*”), que é subordinado ao Ministro da Defesa (MOD). Foi criada em 1976 pela união de duas outras escolas e possui hoje seis instituições de ensino subordinadas, cujos propósitos encontram-se no Anexo G. São elas (50:13-85):

“Industrial College of the Armed Forces”⁵ (ICAF);

Information Resources Management College⁶ (IRMC);

Institute for National Strategic Studies⁷ (INSS);

Center for Hemispheric Defense Studies⁸ (CHDS);

Armed Forces Staff College⁹ (AFSC); e

National War College¹⁰ (NWC).

A NDU possui no Corpo Docente, por períodos não superiores a três anos, professores de universidades de renome para estimular a renovação de idéias e o aproveitamento e absorção de experiências exógenas ao meio militar¹¹.

⁴ Tradução do Autor: Universidade de Defesa Nacional.

⁵ Tradução do Autor: Escola Industrial das Forças Armadas.

⁶ Tradução do Autor: Escola de Gestão de Fontes de Informação.

⁷ Tradução do Autor: Instituto para Estudos Estratégicos Nacionais.

⁸ Tradução do Autor: Centro de Estudos para a Defesa Hemisférica.

⁹ Tradução do Autor: Escola de Estado-Maior das Forças Armadas.

¹⁰ Tradução do Autor: Escola Nacional de Guerra.

¹¹ Entrevista com o Cel da Força Aérea James M. Keagle, da NDU, em maio/2000.

“National War College”

O curso no NWC tem duração de 40 semanas e seu corpo de alunos é composto por 75% de Oficiais (CMG ou CF e postos equivalentes) das FFAA igualmente distribuídos e 25% de servidores, com similar precedência, do Departamento de Estado e de outros departamentos e agências federais. Há ainda alguns militares e civis estrangeiros convidados. Durante o curso, as conferências são em conjunto e os estudos e trabalhos em grupo são realizados por grupos de doze a treze Oficiais, com orientador.

O Currículo do NWC é formado por uma série de disciplinas obrigatórias complementadas por eletivas até o máximo de quatro (Anexo H). Ao fim do curso, há um exercício de condução e decisão de crise. Caso aprovado pela Escola, um trabalho de pesquisa pode substituir disciplina(s) eletiva(s). Ao fim do ano acadêmico, os alunos recebem o diploma de Mestre em Estratégia de Segurança Nacional, e os militares estão com o requisito educacional cumprido para se tornar um Oficial de Comando Combinado (JSO - “*Joint Specialty Officer*”).

Sobre OC, existe uma disciplina (“*Joint Force Capabilities*” – Capacidade das Forças Combinadas) que revê as estruturas de comando e as capacidades militares nacionais (no ar, terra, mar, espaço e operações especiais). A sua meta é promover um entendimento das forças armadas americanas como instrumentos de política, examinar a estrutura de comando combinado e a doutrina de operações combinadas para prover competência em capacidades e habilidades combinadas e desenvolver a cultura de OC (50:39).

“Armed Forces Staff College”

O AFSC, localizado em Norfolk, Virginia, é a principal instituição de ensino voltada para OC e passou a fazer parte da NDU em 1981. Possui três escolas: a “*Joint and Combined Staff Officer School*” para preparar oficiais no meio da carreira, para

exercer função em Estado-Maior combinado e de forças multinacionais; a *“Joint and Combined Warfighting School* que prepara Oficiais mais antigos selecionados para Estado-Maior combinado e multinacional; e a *“Joint Command, Control and Information Warfare School”* que prepara Oficiais selecionados para tarefas de Comando, Controle, Comunicações, Computadores e Inteligência para tarefas combinadas e multinacionais (50:55-60).

No Anexo H, estão os currículos desses e de outros cursos abordando diversos aspectos de OC e que podem servir de referência e ponto de partida para elaboração dos nossos currículos, no futuro.

Naval War College

Nesse estabelecimento da Marinha Americana localizado em Newport, Rhode Island, é realizado o curso *“Naval Command College”* (NCC). Participam militares das três FFAA e estrangeiros convidados. São, em média, 35 estrangeiros em um total de 150 alunos. As turmas são divididas em grupos de 11 a 13 alunos, com orientador, para debates e trabalhos em grupo (37:2-6).

O currículo do curso, com extrato em Anexo H, está dividido hoje em três assuntos a saber:

- Tomada de Decisão para Segurança Nacional (*“National Security Decision Making”*);
- Política e Estratégia (*“Strategy and Policy”*); e
- Operações Militares Combinadas (*“Joint Military Operations”*).

Nos três cursos, a elaboração de trabalhos individuais e em grupo, sempre com orientação de especialistas é a tônica. Ao fim do último curso é realizado, em três semanas, um Jogo de Crise que evolui para um Jogo de Guerra.

SEÇÃO III - FRANÇA

Na França, o Ensino Militar Superior é subordinado ao *Chef d'Etat-Major des Armées*¹² e compreende dois organismos que são o tradicional "*Centre des Hautes Études Militaires*" (CHEM) e o recém criado "*Collège Interarmées de Défense*" (CID). Ambos se localizam na "*Ecole Militaire de Paris*" (47: 2).

O CID, que passou a funcionar a partir de setembro de 1993, é o resultado de uma reforma no ensino superior militar francês em que os cinco cursos superiores anteriormente existentes relacionados a cada FFAA e à Gendarmeria Nacional e o Curso Superior Interarmas (CSI) deixaram de existir, foram fundidos e passaram a constituir o CID. Cursam-no, anualmente, cerca de 300 Alunos¹³, todos militares, sendo cerca de 60% franceses e 40% de estrangeiros. Os alunos são organizados e agrupados em quatro divisões administrativas: Alfa, Internacional, com 80% de estrangeiros e 20% de Franceses; e Bravo, Charlie e Delta, nacionais, todas com 80% de Franceses e 20% de estrangeiros. Para as atividades gerais e conferências, a turma não é dividida. Para as atividades de discussão de temas e elaboração de trabalhos e painéis, os alunos de cada divisão são divididos em grupos de 15 alunos, permanentes durante todo o curso, com um orientador/facilitador da escola.

O curso compreende duas grandes partes: O ensino voltado para os aspectos interforças e o ensino voltado para os aspectos de cada FFAA especificamente. Na primeira parte, 50% do estudo é voltado para o planejamento e execução de operações combinadas interforças. Existem quatro exercícios de planejamento militar em nível político-estratégico com estado-maior conjunto e usando um processo de planejamento militar

¹² Chefe do Estado-Maior Conjunto do Ministério da Defesa Francês.

¹³ No ano letivo 1999/2000 foram 314 alunos.

único, baseado no da OTAN¹⁴. Os outros 50% dos tempos de aula cobrem as atividades e ensino de caráter geral como: técnicas de Estado-Maior, técnicas de Direção e Comando, Estratégia, Geopolítica, relações internacionais, técnicas de relacionamento com a mídia e o meio civil, língua inglesa, métodos de análise, síntese e tratamento de informações, assuntos da atualidade e da história militar (em conferências) e os aspectos econômicos, tecnológicos, políticos, sociais e humanos pertinentes aos assuntos de defesa.

Na fase de ensino de cada FFAA (40% do total), o curso visa aumentar o conhecimento dos alunos de cada Força Singular, quanto ao preparo e quanto a atuação específicos de cada Força Armada e há mais um exercício de Planejamento em nível político-estratégico. Nessa fase, os Oficiais estrangeiros de cada país ficam em grupos constituídos por militares de uma mesma FFAA para todas as atividades (66:2).

SEÇÃO IV- ITÁLIA

Na Itália, os CAEM são realizados também com caráter de cursos únicos para todas as FFAA no “*Centro Alti Studi per la Difesa*”¹⁵ (CASD), em Roma, nos seus dois Institutos subordinados: O “*Instituto Superiore di Stato Maggiore Interforze*” (ISSMI), que patrocina o “*Corso Superiore di Stato Maggiore Interforze*”¹⁶ realizado para CC e CF ou postos equivalentes das outras FFAA; e o “*Instituto Alti Studi per la Difesa*” (IASD), que realizou em 1999/2000 a 51ª Sessão, para CMG e postos equivalentes.

“*Instituto Superiore di Stato Maggiore Interforze*”

O Curso de Estado-Maior Interforças, ministrado pela primeira vez em 1998/1999 inteiramente sob a égide do ISSMI, foi uma evolução dos quatro anos

¹⁴ Entrevista realizada com o CMG Ricardo de Lima Vallim, que realizou este curso no período 1998/1999, na EGN, em julho/2000.

anteriores quando o curso foi ministrado durante seis meses dentro de cada FFAA, e nos últimos quatro meses integrados sob a direção do ISSMI. O curso tem duração de 40 semanas e conta com a presença de cerca de 130 alunos¹⁷, todos militares do primeiro ou segundo posto de Oficial Superior, dos quais 77 da Força Terrestre, 26 da Força Naval e 25 da Força Aérea. Dentre estes, foram 20 estrangeiros (16%) sendo 17 de exércitos amigos, 2 de marinhas e 1 de forças aéreas. Após a unificação, 70% do curso é de assuntos interforças e 30% de assuntos individuais de cada FFAA¹⁸ (48:Apêndice I).

O currículo do curso, em Anexo I, contempla de forma ampla as OC e as OMP.

Na fase preliminar é promovida a integração dos Oficiais-Alunos e aprofundado o conhecimento de cada um sobre as demais FFAA, por meio de conferências e visitas a unidades militares.

Nas fases seguintes são adquiridos, sempre sob perspectiva integrada de defesa, vários conhecimentos sobre ambiente internacional, aspectos jurídicos, Direito Internacional, Políticas de Defesa e de Segurança, gestão de crises, alianças militares e internacionais, metodologia de emprego do poder militar, doutrina de emprego do poder militar em operações de paz, entre outros. São realizados exercícios de planejamento para emprego de Força Tarefa Combinada e Multinacional e outros estudos e trabalhos em grupos de 15 alunos com orientador, que se reúnem, pelo menos por um TA, diariamente (48:3-4).

No entender do autor, trata-se de outro bom exemplo para balizar a organização de tópicos nos cursos existentes ou de um currículo de curso similar no Brasil, para Oficiais Superiores do primeiro ou segundo posto, que é o nível adequado para Cursos de Estado-Maior Combinado.

¹⁵ Centro de Altos Estudos para a Defesa.

¹⁶ Curso Superior de Estado-Maior Interforças.

¹⁷ Em 1998/1999 foram 128 alunos.

¹⁸ Entrevista com o CF Antônio Reginaldo Pontes Lima Jr., Instrutor da EGN, em julho/2000.

“Istituto Altì Studi per la Difesa”

O Curso de Altos Estudos de Defesa é realizado anualmente com cerca de 40 alunos no posto de Contra-Almirante, CMG ou equivalentes das demais FFAA. Foi realizado em 1997/1998 em duas fases: a primeira com aulas e conferências e a segunda em grupos de estudo (lá referenciados como seminários). Um extrato do currículo se encontra em Anexo I.

As disciplinas relacionadas com OC e OMP são desenvolvidas em cerca de dois meses na segunda fase do curso e englobam: Organização das Nações Unidas (ONU), Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), Operações de Paz, OTAN, União Européia (UE), União Européia Ocidental (UEO) e Direito Internacional Humanitário (51:1).

Nas viagens de estudo do curso, há a participação conjunta dos alunos do Instituto Diplomático Italiano.

Quanto às demais escolas existentes, após a reforma do ensino, a Escola de Guerra Naval Italiana passou a ministrar, como último curso, o “*Stato Maggiore di Marina*”, similar ao CEMOS da MB, aos oficiais nos postos de CT e CC moderno.

A Força Aérea segue a Marinha. Já o Exército, cujo curso, equivalente ao CCEM da ECEME, durava dois anos, reduziu seu curso para um ano, quando ministra aulas exclusivamente para os Oficiais do EB e, no ano que se segue, os alunos vão para o ISSMI, fazer o Curso de Estado-Maior Interforças¹⁹.

SEÇÃO V – ASPECTOS A CONSIDERAR NOS NOSSOS CAEM

Dos cursos apresentados as seguintes constatações e sugestões são aplicáveis aos nossos CAEM:

¹⁹ Idem a NR 18

- a) as OC e as OMP são abordadas em maior ou menor intensidade, nos cursos, nos níveis político, estratégico e operacional, e, portanto, devem ser consideradas nos currículos de nossos cursos em todos os níveis, incluindo os Cursos de Comando e Estado-Maior. Os Anexos F, H, I e N apresentam várias sugestões de assuntos a abordar;
- b) o estudo e conhecimento das outras FFAA pelos Oficiais é enfatizado na Itália e na França, nas fases iniciais dos seus cursos. Nos EUA isto já acontece desde os cursos realizados nos primeiros postos da carreira. Sem dúvida, para participar de Comandos Combinados, conhecer as possibilidades, limitações e forma de emprego das forças disponíveis é fundamental, independente da FA de origem;
- c) a presença de Oficiais de FA amigas é uma constante em todos os cursos, havendo umas poucas disciplinas que são exclusivas para estrangeiros. Se o Brasil pretende assumir alguma liderança na América do Sul, este procedimento possibilita uma boa forma de exercê-la. Hoje, apenas a ESG recebe Oficiais de FA amigas para o CEAPE. Será o suficiente?
- d) a existência de grupos de estudo, elaboração de ensaios e monografias orientados é uma outra constante que, sugere-se, seja seguida pelas escolas que ainda não procedem assim; e
- e) na Itália, os alunos do Instituto Diplomático acompanham os militares nas Viagens de Estudo. Nos nossos CAEM, alguma forma de interação, além das tradicionais visitas e palestras do MRE, pode ser implementada para aumentar o conhecimento mútuo desses dois importantes segmentos e instituições.

Como fecho deste capítulo não podemos deixar de mencionar que, em que pese

algumas sugestões terem sido apresentadas. os cursos analisados foram e são freqüentados apenas por CMG da MB. Certamente, os relatórios dos Oficiais do EB e da FAB que realizam cursos desse nível, no exterior, poderão contribuir com muitas outras idéias para enriquecer o trabalho. Esta tarefa fica como sugestão para pesquisas e estudos futuros.

CAPITULO 4

AS NECESSIDADES DE PESSOAL QUALIFICADO

Hoje, ao terminar um CAEM, o CMG ou Cel será requisitado a trabalhar, em tempo de paz, no Ministério da Defesa, nos Gabinetes dos Comandantes, Estados-Maiores ou Comandos Operativos e nos Comandos e Direções das OM das três FFAA. A participação na elaboração de políticas, estratégias e planejamentos em alto nível, em função dos cenários identificados ou das hipóteses de emprego vislumbradas, estarão entre algumas das principais atividades que o Oficial deve estar preparado a desempenhar. Em caso de conflito, a essas funções devem ser adicionadas a participação em gabinetes de crise e em Comandos de Teatro de Operações Combinado, Marítimo, Terrestre ou Aéreo, que poderão ser ativados. Nas seções que se seguem, tentaremos determinar essas necessidades com mais detalhes e estabelecer um possível modelo para os CAEM.

SEÇÃO I- ANÁLISE SUPERFICIAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA

O Ministério da Defesa (MD) foi criado em junho de 1999 e teve sua estrutura regimental original aprovada pelo Decreto 3080/99. Ela foi recentemente alterada pelo Decreto 3466 de 17 de maio de 2000 (6) que contém uma nova estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e gratificações de representação. Para referenciarmos a nossa análise, um extrato dessa estrutura é apresentado em Anexo J e outro extrato, do quadro demonstrativo de cargos, está em Anexo L.

Observando-se as 23 áreas de competência no artigo segundo do Anexo J, podemos afirmar que todas elas, ou eram exercidas pelo antigo Estado-Maior das Forças Armadas ou eram atribuição direta de uma das três Forças Singulares. Ou seja, no nível macro não há grande diferença de necessidades de competências, em se tratando de

militares. Durante as palestras do Ministro da Defesa e dos Comandantes das Forças, no C-PEM, este aspecto foi bem discutido e entendido. Não há novidades em termos de “novas” atividades para as Forças Armadas além do que era realizado e do que está previsto na nossa Constituição.

O MD não tem ainda uma tabela de lotação para militares. O Decreto 3466 estabelece que alguns poucos cargos de nível elevado e os cargos do Estado-Maior da Defesa (EMD) são exclusivos de militares das três FFAA (Vide p. J-12).

No Anexo L, podemos observar que estão previstos dezoito cargos de direção de Departamento (DAS 5), que podem ser ocupados por Oficiais Gerais do primeiro ou do penúltimo posto e 68 cargos de gerência (DAS 4), que podem ser ocupados por Oficial Superior do último posto. No Quadro Resumo, à página L-5, nota-se um acréscimo de quinze cargos DAS 4 em relação ao Decreto anterior.

A reconhecida inexistência de funcionários civis qualificados em defesa¹, e as ações já tomadas² explicam o fato de que hoje esses cargos estão, em sua maioria, ocupados por militares das três FFAA. Registramos que dos dezoito cargos DAS 5, dezesseis estão ocupados, sendo oito deles por civis e, dos 68 DAS 4 todos estão ocupados, mas apenas 28 são funcionários civis³.

No que se refere às OC e às OMP, ao EMD compete (Vide p. J-6):

- ”I - formular a doutrina e o planejamento do emprego combinado das Forças Armadas;*
- II - planejar e acompanhar as operações militares de emprego combinado das Forças Armadas;*
- VII - planejar e acompanhar a participação das Forças Armadas em operações de manutenção da paz”(6:7)*

¹ “É uma preocupação que nós temos (formação de civis para a área do Ministério da Defesa). O Brasil não tem experiência nessa área.” (Trecho de entrevista do Ministro da Defesa ao jornal Folha de São Paulo publicada no dia 30 de junho de 2000, pag. A-9)

² O Ministro da Defesa expediu Aviso ao MPOG em 03 de maio de 2000 (Ref.) para aproveitar os funcionários da carreira de “Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental” e para incluir no processo seletivo para o próximo concurso o tema defesa.

³ Entrevista realizada com o CMG (T) Adriano Silva Mota, Gerente de Recursos Humanos do Gabinete do MD, em 03AGO2000.

As duas primeiras tarefas serão de demorada e difícil execução. Os manuais e publicações, do antigo EMFA e da ESG, existentes sobre o assunto são todos muito antigos e obsoletos. Tudo tem de ser repensado e reescrito. Os nossos CAEM de hoje, com as poucas e pouco profundas alusões que fazem (Vide Anexo M), precisam ser reformulados. Não apenas no nível considerado neste trabalho mas também nos níveis de Curso de Estado-Maior.

Observando-se as demais atribuições cometidas aos vários órgãos constantes do Anexo D, e comparando-as com os currículos do C-PEM (13), CPEA (8), CPEAEX (9), CAEPE, CAPEM E CSIE (18 e 19), cujos resumos estão em Anexo B, vemos que as necessidades são muitas, mas, de uma forma geral, esses conhecimentos são tratados nos CAEM das FFAA e da ESG ou são adquiridos em outros cursos de carreira existentes para os diversos corpos e quadros de Oficiais. O perfil de carreira do Oficial, seu corpo e quadro é que irão ter maior peso para se identificar o setor do MD, onde o Oficial poderá ser melhor aplicado.

Em entrevistas realizadas com Oficiais da MB servindo no MD, sobre a qualificação para os CMG ou equivalentes, tomamos conhecimento que (64:1):

- não existe ainda um Sumário de Qualificação Funcional (ou documento equivalente) que relacione as qualificações mínimas requeridas aos CMG e Cel que servirão no MD. Basicamente, o único requisito é possuir um dos CAEM da ESG ou das FFAA⁴;
- que é orientação no MD buscar possuir nos seus quadros um número equivalente de Oficiais das Forças Singulares e que os cargos sejam assumidos em permanente rodízio entre elas; e
- que não existem ainda requisitos de qualificação definidos para os

⁴ Entrevista realizada com CMG (IM) Julio Armando Etcheverria Vieira, Gerente de Pessoal Civil, em 06JUL2000.

funcionários civis. Está ainda em discussão a criação de uma carreira de gestores de defesa.

Normalmente, estarão melhor preparados para servir no MD os Oficiais de uma FA que tiverem cursado o CAEM na ESG, em outra FA que não a sua própria, ou em cursos de mesmo nível, no exterior. Nesta fase inicial, de criação de novas políticas, estratégias e normas que ocorre em paralelo com a estruturação interna do novo MD, com a participação ativa de servidores civis, ainda sem experiência no campo militar e de defesa, a necessidade de se ter Oficiais motivados e com formação diversificada será mais importante. No futuro, com o MD estruturado, após uma maior integração dos cursos e das FFAA e com a existência de funcionários civis mais qualificados e experientes, esta afirmação poderá não ser mais verdadeira.

SEÇÃO II- NECESSIDADES DA MARINHA DO BRASIL

Do efetivo autorizado de 210 CMG do Corpo da Armada, a MB tem identificada oficialmente hoje a necessidade de 16 com C-PEM ou curso equivalente. A Diretoria Geral de Pessoal se encontra revisando os Sumários de Qualificação Funcional e, deve publicar brevemente as novas necessidades para todos os Corpos e Quadros⁵.

Na opinião do autor, devemos adicionar a esse total, gradativamente, os CMG Comandantes (incluindo Adidos Militares), Diretores, Imediatos, Chefes de Estado-Maior e Vice-Diretores das OM que lidam com o público externo e das OM de Ensino, especialmente as de formação; os CMG Ajudantes de Seção do Estado-Maior da Armada e do Comando de Operações Navais, pois são responsáveis pelo planejamento político e estratégico da MB; e os instrutores do C-PEM na EGN.

Há quatro anos, a MB havia decidido que o C-PEM seria realizado no quarto ano

⁵ O Boletim de Oficiais, Corpos e Quadros da Marinha (BOCQM) prevê a lotação de 210 CMG CA, 20 EN, 48 IM, 51 FN, 36 MD e 7 CD, perfazendo um total de 371 CMG.

do posto de CMG, apenas pelos Oficiais que tivessem real possibilidade de atingir o Almirantado. O assunto foi reavaliado pela Alta Administração Naval em 1999, em função da falta de CMG com C-PEM para suprir as necessidades detectadas, e foi decidido que o curso voltaria a ser cursado, como antes, nos dois primeiros anos do posto de CMG. Por esta razão, um maior número de Oficiais está cursando em 2000, havendo previsão de permanecer essa tendência até 2007 quando a situação deve retornar ao normal⁶: uma média histórica de 21 Oficiais da MB por ano nos últimos 10 anos (Tab. 7).

SEÇÃO III- NECESSIDADES DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O EB possui, em seu quadro de distribuição de efetivos, 75 funções para Coronéis com CPEAEX, nos Comandos Militares de Área, Departamentos⁷, Estado-Maior do Exército (EME), Estabelecimentos de Ensino e outros. O Cel. Vizaco, em sua monografia, faz um estudo detalhado e esgota o assunto sobre o aproveitamento dos Oficiais e, por isso, não nos deteremos nele (67:24-25).

No EB, o CPEAEX tem, historicamente, uma importância menor para a Força Terrestre que seus equivalentes na FAB e na MB. Não é, até hoje, requisito para promoção a Oficial General – o requisito é ter o Curso de Comando e Estado-Maior – e também não é requisito para servir como Adido Militar (Os que vão ser Adido não cursam, normalmente, o CPEAEX). Já há mais de 10 anos que cerca de 100 Oficiais das Armas concluem anualmente o CCEM e apenas 30 de todos os Corpos e Quadros do Exército, cursam o CPEAEX, o que corrobora a situação. Esse assunto foge ao escopo do presente estudo e não será mais alongado. A monografia dos Cel Art Sarkis e Cel Eng Chibinski apresenta proposta de otimização de aproveitamento dos recursos

⁶ Palestra proferida no C-PEM, pelo AE Roberto de Guimarães Carvalho, Diretor Geral do Pessoal da Marinha, em 19JUN2000.

humanos formados pelo CPEAEX (61:14-16).

Observando os propósitos do CPEAEX mencionados no Capítulo 2, podemos concluir reafirmando que o CPEAEX cumpre uma função complementar no EB para permitir o acesso aos mais altos escalões pelos Oficiais que por alguma razão não tenham conseguido cursar o CCEM, mas que, além disso, com o passar do tempo vem ganhando mais importância no seio da Força Terrestre⁸.

SEÇÃO IV- NECESSIDADES DA AERONÁUTICA

O Comando da Aeronáutica possui em seu efetivo autorizado 281 funções para Coronéis, sendo 186 destinadas a Oficiais do Quadro de Oficiais de Aviação (QOAV).

Não existem funções que requeiram, explicitamente, o CPEA. O curso destina-se a formar Oficiais para participar dos planejamentos político-estratégico e estratégico-militar sendo requisito para promoção a Oficial General. Os Adidos Militares são escolhidos, em sua maioria, dentre os seus concluintes⁹.

O assunto CAEM encontra-se em estudo no Departamento de Ensino (DEPENS) e poderá sofrer alterações este ano ainda.

SEÇÃO V- FORMAÇÃO DE OFICIAIS PARA OPERAÇÕES COMBINADAS

Liderados pelos Estados Unidos, o Reino Unido, França, Itália, Portugal e outros países têm reformulado os seus cursos de formação para preparar o que se chama de "*Joint Specialty Officer*", ou seja, o Oficial preparado para planejar e atuar em Comandos Combinados. No capítulo anterior, vimos alguns exemplos.

No Plano de Formação Educacional das Forças Armadas Americanas (Anexo F),

⁷ Os Departamentos do EB são comandados por Oficiais Generais de 4 estrelas.

⁸ O autor pode atestar este fato nas ocasiões em que esteve presente na ECEME para entrevistas e para realização de exercício de planejamento de operações combinadas com a presença dos Cursos de Política e Estratégia das três FA.

⁹ Entrevista realizada com o Cel.-Av. Antonio Riciesi Biasus, Chefe do CPEA, em 3 de agosto de 2000.

extraído da Política de Educação Militar Profissional para Oficiais (43:A-B-2), podemos destacar que Operações Combinadas são abordadas nos vários cursos de carreira, em níveis diferentes, desde a primeira formação nas Academias Militares e Universidades até atingir o Almirantado.

No nível de CF/CMG (“*Senior*”), os assuntos são abordados em duas fases:

- a) na fase 1 (PJE¹⁰ Phase 1), são abordados a Estratégia de Segurança Nacional, os Processos e Sistemas de Planejamento Nacional, a Organização e a Estratégia Militar Nacional, as Estratégias para Teatros e Campanhas, e a Integração de Sistemas no “Campo de Batalha” do Século XXI;
- b) na fase 2 (PJE Phase 2), que se aplica apenas a CC, CF, CMG ou postos equivalentes, o foco do ensino está no posicionamento, emprego, apoio logístico e desdobramento de forças conjuntas.

O Anexo M apresenta como o assunto é abordado nos currículos atuais dos CAEM e totalizamos: três tempos de aula (TA) no CAEPE e CSIE, 21 TA no CAPEM, 60 no C-PEM, 47 no CPEAEX e 43 no CPEA, incluindo-se conferências, palestras e trabalhos em grupo.

Ao compararmos com os currículos dos cursos do AFSC (Anexo H-3), Naval War College (Anexo H-4) ou mesmo com o do ISSMI (Anexo I-1), fica fácil concluir que inclusões se fazem necessárias nos nossos currículos. Temos de sentar à mesa, as três Forças, lideradas pelos nossos colegas do MD e decidir por onde iremos começar. Aumentar o conhecimento mútuo das outras FFAA é mandatório, já o dissemos. Uma outra sugestão para ponto de partida, para as Escolas, seria estudar a doutrina de operações combinadas dos países que já a possuem, como EUA, Itália e França, para verificar como seriam aplicáveis às nossas Hipóteses de Emprego e gerar subsídios para

¹⁰ Abreviatura para “Professional Joint Education” que pode ser traduzido como Educação profissional para OC.

o MD criar a nossa.

O CAEPEM é o curso da ESG que se destina a formar pessoal para OC, ministrando apenas 21 TA. Poderia ser modificado ou ampliado, dentro desse enfoque, e dedicar alguns meses ao estudo de OC em nível de Estado-Maior.

Na MB, o CEMOS e C-SUP dedicam apenas 8 TA a palestras e 20 TA a estudo em grupo. Há que se estudar a ampliação da carga horária de OC também neste nível. Como será o assunto tratado no C-PREP ECEME, CBA e CCEM do EB e da FAB? Essa resposta é outra sugestão para continuidade dos estudos.

Há que se ressaltar que este assunto é altamente doutrinário e deve ser mais e melhor abordado em curso em nível de CCEM. Entretanto como acontece com todo novo conhecimento, se tal disciplina for implantada no CCEM de 2001, só oito anos depois teremos CMG com este tipo de conhecimento. Assim reiteramos que faz-se necessário preencher a lacuna abordando este assunto desde já, e de forma regular, nos CAEM de mais alto nível. Em 2000, durante grupo de trabalho extraordinário realizado no C-PEM em outubro, a lacuna foi parcialmente preenchida.

SEÇÃO VI – FORMAÇÃO DE OFICIAIS PARA OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ

O Brasil, por ter consagrado em sua Constituição, no artigo 4º, a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos, e também, por ser membro fundador da ONU, tem participado ativamente das OMP. Assim, a necessidade de um contingente crescente de pessoal habilitado a delas participar tem sido observado nos últimos doze anos.

Uma característica dessas operações é que são, normalmente, forças compostas por coalizão de países, falando línguas diferentes e com membros de diferentes FFAA. Sem dúvida é um ramo de atuação no campo militar que exige uma preparação diferenciada e o conhecimento da língua inglesa, pelo menos.

Nos nossos CAEM, o assunto é abordado como mostrado no Anexo M. No CAEPE e CSIE são três TA, no CAEPEM seis, no CPEM 12, no CPEAEX 10 e no CPEA 8. Será o ideal? Cremos que não. Um trabalho de planejamento de Operação de Paz poderia contribuir para forçar e estimular a nossa Oficialidade a conhecer as referências que existem já em português, há mais de dois anos (Ref. 4 e 33). Fica como mais uma sugestão.

Alguns países, como a Argentina e o Canadá, possuem cursos específicos para preparação de militares para atuar em OMP. O Anexo N apresenta sugestões de tópicos a abordar que inclui disciplinas de curso realizado por Oficial brasileiro em 1999¹¹.

Uma sugestão seria criar um Manual de Operações de Paz das Forças Armadas, incluindo-se as informações contidas nos Manuais do Exército, CFN, ESG e seguindo-se critério do MD. Certamente a atuação das Forças Navais e da Força Aérea como apoio de uma OMP, têm de constar nesse manual.

SEÇÃO VII – COMO ESTÁ A INTEGRAÇÃO DAS TRÊS FORÇAS ARMADAS?

Historicamente a Marinha e o Exército sempre competiram entre si, independentemente, por poder e influência. Desde a Guerra do Paraguai, a inexistência de inimigos nacionais e de guerras mais frequentes contribuiu para esse afastamento, exceção feita ao período do regime militar em que, por fazerem parte do governo, tiveram de trabalhar em conjunto, pelo menos nos níveis mais elevados. Em épocas mais recentes, após 1985, passaram a competir por verbas, cada vez mais escassas e restritas para as FFAA em geral.

A Política Básica da Marinha (PBM), de 1998, prevê que a MB deve, entre outras coisas, “operar coordenadamente com as demais Forças Armadas, como

necessário” (31: 8). Dentre os objetivos principais a alcançar consta: “*ampliação e aperfeiçoamento da integração operacional com as demais Forças Armadas*” (31:15).

A realidade é que muito poucos conhecem pouco das outras Forças Singulares. Só recentemente passamos a ter alguns Oficiais de Marinha como instrutores nos Colégios Militares. Na Escola Naval (EN), Na Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN) e na Academia da Força Aérea (AFA), por onde primeiro passam os futuros Oficiais, não existem instrutores das outras forças, nem disciplinas ou palestras que motivem nossos aspirantes e cadetes a estudar a força irmã.

As competições esportivas anuais (NAVAMAER), representam uma das poucas, senão a única, oportunidade de relacionamento. Em 1999, por iniciativa dos Comandantes, quatro aspirantes passaram dois dias na Academia da Força Aérea (AFA) e número similar de cadetes visitou a Escola Naval por igual período de tempo¹².

Anualmente, já há algumas décadas, um 2º Ten. da FAB e outro do EB realizam Viagem de Instrução no Navio Escola Brasil.

Nos Cursos de Aperfeiçoamento apenas o de Educação Física, que é cursado no EB por militares das outras FFAA e na ESAO, onde anualmente cerca de seis CT (FN) cursam junto aos Oficiais do EB há alguma interação. E dá resultado. O CFN é “azeitado” com o EB. Operam juntos com poucos problemas, no Pantanal¹³.

Nos cursos em nível de Comando e Estado-Maior, igualmente, não existem instrutores ou alunos das outras forças. Como e quantas são as visitas? Precisamos incrementá-las? Certamente que sim.

Nos Cursos de Política e Estratégia não existem, em caráter permanente,

¹¹ O CMG Júlio Cezar de Araújo Passos fez o curso “As Pass on the Seas”. The Maritime Dimension of Peacekeeping” no Centro de Treinamento de Paz Internacional Lester B. Pearson, no Canadá.

¹² Entrevista com o CMG José Carlos Negreiros Lima, Comandante do Corpo de Aspirantes da Escola Naval, em 28 de julho de 2000.

¹³ Entrevista realizado com o CMG (FN) Jorge Mendes Bentinho, participante em algumas das Operações Ninta, em junho/2000.

instrutores das outras FFAA. Existem algumas poucas palestras e visitas de curta duração onde, para muitos, o primeiro contato é realizado. Há, hoje em dia um Oficial de cada força realizando o curso nas outras. Será suficiente para provocar integração. Se considerarmos que muitas vezes esse Oficial não atinge o Ciclo de Oficiais Gerais, o efeito integrador perdura por 3 ou 4 anos no máximo. Vejamos os Anexos C e D, onde relacionamos alguns dos Oficiais cursados na ESG e todos os cursados nas outras FFAA, ainda na ativa em junho de 2000. As lista é pequena e podemos destacar que a MB tem, por larga margem, o menor percentual de cursados em outras FFAA e na ESG, no serviço ativo.

CAPÍTULO 5

ANÁLISE DOS CAEM À LUZ DOS TÓPICOS CONSIDERADOS

SEÇÃO I – COMPATIBILIDADE COM O CENÁRIO POLÍTICO-ESTRATÉGICO

Se a grande tendência mundial hoje é a evolução acelerada, temos de estar preparados para conviver com ela e nos adaptarmos. Os CAEM considerados são ministrados em nível de Política e Estratégia Nacional e Militar. Num cenário de mudanças, torna-se difícil definir tendências, fazermos previsões. Se considerarmos ainda a situação do Brasil que não é a mesma dos EUA, nem dos países da Europa e que também diferem as aspirações dos seus respectivos povos, em ressonância com o seu nível de educação, e com o nível de desenvolvimento político, econômico e social dos países, tomaremos consciência de quão difícil é a tarefa de planejar nos dias de hoje e quão difícil é planejar sem meios, sem prioridades e contra ameaças difusas fluidas, imprevisíveis e incertas.

Como se preparar para a incerteza?

Certamente não será com doutrinas antiquadas e concebidas em épocas remotas. Não será também com currículos engessados e desatualizados. Se olharmos os nossos currículos, em constante atualização e o nível dos palestrantes que nos visitam, chegamos à conclusão que eles formam a nata da sociedade brasileira. Será isso suficiente? Estão eles preparados e atualizados?

O estudo de cenários e a determinação tendências, postulados, eventos futuros, horizontes de projeto e Visões de futuro, por métodos e fórmulas variadas são

ferramentas hoje existentes¹ e que complementam as fórmulas tradicionais² de antevisão do futuro e de projetar uma Força para se enfrentá-lo. Por que não determinar que cada CAEM utilize um método diferente, para se poder comparar os resultados com um maior leque de opções? A ESG tem o seu método tradicional a sua metodologia de planejamento, a EGN está implantando uma nova metodologia, menos ortodoxa. O CPEAEX utiliza a análise prospectiva³ e o CPEA utiliza métodos similares aos da ESG. O Planejamento Estratégico, hoje tão em moda no meio civil, seja por que método for, é uma excelente maneira de se tentar preparar nossas Forças para enfrentar as incertezas.

Como podemos ver nas tabelas em Anexo B, todos os cursos incluem, direta ou indiretamente, esses conhecimentos. Incluem também, seja na forma de trabalhos ou de conferências, análises da conjuntura nacional e internacional e o relacionamento com a mídia, apesar de este último tópico carecer de mais aprofundamento. Sendo assim, e dada a impossibilidade de se realizar num trabalho deste porte uma avaliação profunda dos currículos dos seis cursos, em todos os aspectos, consideramos que os cursos estão, em princípio, atendendo às necessidades do cenário político estratégico atual. Para uma resposta categórica a esta pergunta há necessidade de se trabalhar em um nível de detalhe, impossível de ser atingido, por uma pessoa, no tempo disponível.

SEÇÃO II- INTEGRANDO AS FORÇAS ARMADAS

No nosso país em que, apesar da criação do Ministério da Defesa, Marinha, Exército e Aeronáutica ainda têm políticas, estratégias e prioridades diferentes e não complementares, num cenário de verbas insuportavelmente declinantes, a necessidade de maior integração entre as FFAA surge como uma necessidade urgente e imperiosa

¹ Essas técnicas, que fogem ao escopo do presente trabalho e, por isso, não serão explicadas, são aprendidas, hoje, no C-PEM.

² A Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha (SPAM) e a Metodologia de Planejamento da Ação Política, em uso na ESG e no CPEA, são exemplos.

por motivos econômicos e até de sobrevivência. E ela está ocorrendo.

Em abril deste ano, as primeiras palavras do Comandante da Marinha, em sua conferência anual aos alunos do C-PEM, foram sobre integração entre as FFAA. Da mesma forma, representante do Estado-Maior da Aeronáutica participou-nos que nas Diretrizes Estratégicas da Força, em vigor, o terceiro objetivo a atingir é **a integração operacional com as Forças Singulares**⁴.

Pela primeira vez em sua história, no mês de julho, a EGN recebeu os alunos do CPEA para uma atividade em conjunto com os do C-PEM. O CPEA e o CPEAEX já realizam anualmente exercício operacional combinado. Este ano, a MB participou. Não há dúvida que queremos integração e precisamos de integração.

Mas como proceder a essa integração? Como os CAEM podem contribuir para a integração?

Como Integrar?

Uma maior integração das FFAA pode ser catalisada de diversas maneiras:

- aumentando-se a quantidade de Oficiais das Forças Singulares que conhecem, já conviveram ou operaram com as coirmãs em atividades profissionais;
- aumentando-se o tempo de convivência;
- aumentando-se o conhecimento mútuo dos meios e do emprego dos meios das FFAA pelos seus Oficiais;
- padronizando-se procedimentos, equipamentos e materiais, quando possível;
- criando-se e utilizando-se uma doutrina comum para OC; e
- aumentando-se o relacionamento pessoal entre os Oficiais da FFAA.

³ A análise prospectiva é utilizada há dez anos no C-PEM e hoje faz parte da metodologia do Projeto de Força.

⁴ Palestra do Cel.-Av. Adir Ivan Ferreira da Silva, em 24 de março de 2000, para o C-PEM.

A padronização de equipamentos e a criação de doutrina comum para OC constam das atribuições do MD, mas podem ser estudadas nos CAEM. A padronização de métodos de avaliação de pessoal e de material podem entrar nesse rol.

Pelo observado em outros países que já passaram por processos semelhantes, isso será difícil e demorado, mas, sem dúvida, a atuação continuada e crescente do MD provocará essa integração.

O desejo dos Comandos das Forças Singulares são outro fator fortemente catalisador. Como vimos, essa tendência é crescente e notável.

Os cursos em geral e os CAEM, em particular, podem contribuir sobremaneira para aceleração e implementação das outras formas de integração.

Sugestões para os CAEM das Forças Armadas

- Aumentar o número de Oficiais de cada FA cursando nos CAEM das outras forças. Inicialmente dois Oficiais em cada curso e, posteriormente, três ou quatro significará uma disponibilização anual de pelo menos doze Oficiais com conhecimentos de duas FFAA. Isto permitirá que nos trabalhos em grupo tenhamos sempre a presença no grupo de um militar de Força que não a patrocinadora do Curso;
- Possibilitar a cada Escola ter um instrutor da outra força. Possivelmente um dos que cursasse, permaneceria, a exemplo do que acontece no Colégio Interamericano de Defesa, mas com uma vantagem: o Oficial seria instrutor (ou divulgador) de algo que conhece muito bem, a sua Força, e poderia ainda participar como orientador dos Grupos de Trabalho;
- Realizar-se algumas palestras ou conferências em conjunto (duas ou até três escolas juntas), com realização de discussões em grupos mistos de 10 a 15 Oficiais (tipo seminário) e apresentação das conclusões em plenário para

todo o grupo. Já está em andamento este ano e programado para 2001.

- Estudar-se a participação de Oficiais de cada FFAA nos cursos em nível Comando e Estado-Maior das Outras Forças (ou em parte dele, nos exercícios);
- Disponibilizar-se cópia de todas as publicações doutrinárias das FFAA e dos trabalhos produzidos nos cursos (em CD-ROM e papel) para as outras escolas;
- Aumentar-se a quantidade de visitas a OM relevantes das outras FFAA, inclusive no Rio de Janeiro. Em 2000, não existia programada no C-PEM, nenhuma visita ao EB ou à FAB no Rio de Janeiro, mas foram visitadas a UNIFA e a ECEME. Exemplos de visitas para os quatro CAEM:
 - ao Centro de Controle do Teatro de Operações Marítimo (CCTOM), AMRJ, IPQM, ESQUADRA (BNRJ), CASNAV, pelo CPEAEX, CPEA e cursos da ESG;
 - ao Centro Tecnológico do Exército (CETEX), Brigada de Infantaria Pára-quedista, um Comando Operativo na Área Rio e outros órgãos relevantes do Exército, pelo CPEA, C-PEM e cursos da ESG; e
 - à Base Aérea dos Afonsos, à Central DACTA mais próxima e outros órgãos relevantes FAB pelo CPEAEX, C-PEM e cursos da ESG.

SEÇÃO III – ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DO MINISTÉRIO DA DEFESA

Como vimos, o MD está em formação e apesar de ter uma estrutura regimental aprovada por lei, não foi ainda municiado com pessoal qualificado por uma razão muito simples: não existem funcionários civis e especialistas em número suficiente para guarnecê-lo. A solução presente, utilizar militares da ativa até que existam profissionais

competentes é boa, mas não é a única possível.

A ESG e as suas congêneres nas FFAA têm condição de preparar nos seus cursos o pessoal para o MD, sejam eles militares ou civis. Certamente, militares da reserva que tenham formação adequada ou funcionários civis de alto nível das três FFAA, poderiam ser utilizados nessa fase de transição, ocupando cargos destinados a civis com conhecimento de política, estratégia, logística, inteligência, mobilização e defesa, e poderiam se tornar, junto com os militares do MD, excelentes orientadores dessa massa de jovens inexperientes que entra no serviço público por concurso.

Uma outra possibilidade, são os diplomados da ESG e os dos CAEM das FFAA. Como vimos, existem militares das três FFAA, já na inatividade e muitos cidadãos civis, servidores públicos dedicados, ainda na ativa ou aposentados com energia e disposição para o trabalho em prol do país. Poderiam e deveriam ser convidados os melhores, os destaques. Nós os conhecemos. Certamente as barreiras administrativas existem para serem superadas. A Marinha, o Exército e a Força Aérea possuem hoje, prestando serviço após a transferência para a reserva remunerada, um número considerável de Oficiais e praças exercendo Tarefa por Tempo Certo (TTC). É um outro caminho a ser explorado.

Finalmente, uma sugestão que poderia ser estudada é a realização de Cursos "in house" (em Brasília) e/ou parcialmente à distância (por correspondência ou utilizando-se computadores, Internet ou Intranet⁵).

A dificuldade dos estagiários civis de nível mais elevado se deslocar para o Rio de Janeiro por um ano poderia ser superada com esta combinação. Cursos de duração menor ou em módulos de duas semanas por exemplo, provocariam o deslocamento de poucos instrutores ou coordenadores de curso da ESG por períodos menores ao invés de

⁵ Intranet é a rede mundial de computadores Internet com acesso restrito aos membros da corporação a que pertence.

muitos estagiários por períodos maiores. Como muitos dos palestrantes ilustres já se encontram em Brasília, evitar-se-ia também o deslocamento dos mesmos ao Rio de Janeiro. Nos intervalos entre módulos, a Internet e a Intranet poderiam ser utilizadas como meio de comunicação entre estagiários e instrutores e como meio para uso do ensino à distância⁶.

O único óbice que poderá existir, o domínio do uso de computadores, pode ser facilmente superado com um curso de nivelamento de duas ou três semanas, no máximo. A Marinha, o Exército e a Força Aérea já fazem isso com os seus alunos assim que se apresentam para cursar.

SEÇÃO IV- É POSSÍVEL UM CURSO ÚNICO?

A Professora Maria José Machado de Almeida estudou esse assunto na ESG, em 1996, e concluiu pela possível harmonização curricular entre os CAEM de mais alto nível das FFAA (2:42). Não seria obrigatoriamente um curso único, mas com uma grande parte de disciplinas em comum.

Sob a ótica do nosso tema, essa pergunta poderia ser substituída por: todos os militares ou todos os CMG e Cel têm de estar preparados para atuar em comandos combinados? No nosso entender, isto seria desejável, mas ainda não é recomendável. A MB, o EB e a FAB planejam e executam suas operações em meios diferentes, com doutrinas diferentes e requisitando habilidades e conhecimentos diferentes dos seus homens e mulheres.

Apesar de existirem algumas áreas comuns, é impossível que todos tenham todas as habilidades e possuam todos os conhecimentos.

⁶ O Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW) já possui pronto um projeto de ensino à distância, utilizando-se computadores e a Intranet. A primeira turma deve iniciar em setembro/2000 (38:1).

Por esta razão, as forças singulares possuem escolas doutrinárias que precisam ter independência, especialmente devido aos cursos de nível intermediário e dos CAEM de preparação para atividades em Estado-Maior. Assim faz-se mister manter a independência dos CAEM da EGN, ECEME e ECEMAR, com independência de corpo docente e de linha de pensamento político, estratégico e operacional.

Acreditamos que há necessidade de uma maior integração entre as escolas e entre os cursos para facilitar a preparação do oficial que atuará em estados-maiores combinados. Certamente alguns conhecimentos podem ser ministrados em palestras em conjunto, com o saudável efeito colateral de provocar o aumento da convivência entre os oficiais das diferentes forças. Mas nunca unificar os cursos ou as escolas, a exemplo de outros países estudados.

A dimensão do nosso país e a falta de preocupação com política e estratégia fora do meio militar são razões que reforçam este posicionamento. Desta forma consideramos inadequado, nesse cenário de carência de cabeças preocupadas com defesa no meio civil – alguns dos poucos existentes nos deram a honra de apresentar, como de costume, palestras durante o C-PEM 2000 – que, pela fusão de cursos ou de escolas, provocássemos a redução do contingente, já pequeno, de militares e professores dedicados e estudiosos do tema e assuntos correlatos, em suas respectivas escolas. Ao contrário, o Corpo Docente das Escolas tem de diversificar-se e crescer.

Seria aceitável que uma parte dos cursos, fosse ministrada em conjunto. As palestras com personalidades importantes, por exemplo. O percentual tem de ser estudado. A princípio não mais que 20% das atividades. Os grupos de estudo⁷ de cerca de 15 Oficiais, de FA e formação diferentes, com orientador(es), utilizados por tantos outros cursos no exterior, teriam de ser utilizados face o grande número de Oficiais -

⁷ A literatura estrangeira se refere a essa técnica de aprendizado como "Seminars" e, por isso, alguns autores e militares brasileiros utilizam também o termo "Seminários" com esta significação.

cerca de 140 - que estariam presentes nas atividades escolares conjuntas. O CAEPEM da ESG, poderia participar também desse processo, seja como mais um curso participante da integração ou como sendo o curso aglutinador.

SEÇÃO V – OUTROS TÓPICOS

Durante a pesquisa, outras idéias nos surgiram para melhorar a disponibilidade de funcionários civis profissionais de defesa para trabalhar no MD e para incrementar o aparecimento e crescimento da comunidade de defesa. Elas são aqui colocadas para reflexão:

- convite a professores civis para participar dos cursos ou dos trabalhos em grupo de modo a fazê-los conhecer mais as FFAA e utilizarmos do conhecimento dos mesmos para balizarmos nossos estudos;
- convite a Diplomatas do MRE de nível equivalente aos Oficiais Superiores do último posto, que estejam fazendo o CAE (vide p.17). Poderiam até participar dos exercícios combinados, dos de manobra de crise e os de planejamento estratégico em nível Nacional, como os que se realizam este ano;
- convite a personalidades civis, do meio político, acadêmico e diplomático para cursar determinadas disciplinas junto com os militares nas suas escolas;
- aumentar e fomentar o intercâmbio e maior troca de informação com os Centros de Estudo e Universidades que conduzem Cursos de Política, Estratégia e Relações Internacionais especialmente o CAE; e
- divulgar e estimular a preocupação com defesa (e com segurança) que são assuntos importantes para a sociedade como um todo e não afetos apenas a militares e ao MD.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Durante a exposição e análise realizadas ficou patente a necessidade maior de integração entre os CAEM, reflexo da necessidade de maior integração entre as FFAA, já em andamento. A integração não significa unificação de Cursos ou de Escolas.

O Ministério da Defesa é uma realidade, mas está ainda em formação. Precisa muito da colaboração das FFAA para superar esta fase inicial, onde há falta de pessoal qualificado para mobiliá-lo. Outros países levaram vários anos implantando o MD, portanto, nenhum mal haverá se nós levarmos alguns. Os CAEM, em especial os da ESG, são uma fonte adequada e importante de formação de pessoal para o MD. Os Oficiais que cursam CAEM nas FFAA co-irmãs podem ser incluídos nesse rol e, por isso, junto com os que cursam na ESG, devem ser priorizados para servir no MD.

As Operações de Manutenção da Paz já são uma realidade. A preparação para elas no nível de curso considerado carece de melhoramentos. Os Anexos I e N apresentam algumas sugestões.

As Operações Combinadas devem se tornar realidade pois os exercícios já o são. O MD está convicto disso e a necessidade de racionalizar recursos e de meios também o recomenda. Nesse particular, algumas introduções podem ser feitas nos currículos e foram sugeridas nos Anexos F, H e I. Mas não podemos nos limitar aos CAEM. A integração, o conhecimento mútuo das Forças Armadas e o conhecimento de OC e OMP, têm de existir em todos os níveis, começando pelos mais elevados, mas não se descurando de ser abordado nos cursos de nível mais baixo. A “Joint Pub 1” (44) traz alguns princípios que deveriam fazer parte da doutrina de emprego combinado das FFAA brasileiras e serem francamente conhecidos por todos.

Os CAEM analisados, são, a princípio, bons, mas é impossível afirmar se

atendem completamente ao cenário político-estratégico atual. Podemos dizer que estão em constante atualização e mudança seguindo a tendência observada. Este ano estão sendo alterados e, no ano próximo estarão melhores, por que há uma preocupação com o assunto em todos os níveis hierárquicos, nas FFAA. A solução da FAB de estabelecer um Currículo Mínimo pelo EMAER e dar flexibilidade à ECEMAR é uma forma de não engessar os cursos e facilitar as mudanças e atualizações nos currículos. A dificuldade de se identificar um modelo, decorrente de uma definição imprecisa das necessidades, impede uma análise mais acurada e nos sugere buscá-lo, seja em conjunto ou individualmente por cada Força Armada.

O CAEPE e o CAPEM são cursos muito semelhantes. Caso a ESG mantenha-os como estão, a MB deve considerar a possibilidade de fazer o CAPEM também equivalente ao C-PEM. Podem ser fundidos ou, como terceira hipótese, o CAPEM pode ser modificado para se tornar o nosso curso "joint", efetivamente e em nível de Comando e Estado-Maior.

Algumas perguntas permanecem em aberto: O que falta para termos a nossa comunidade de defesa? Por que a ADESG não é o embrião? E os ex-alunos dos CAEM das FFAA? Se aspiramos uma liderança regional não seria válido receber em nossos CAEM, em todos os níveis, Oficiais das FFAA dos países da América do Sul?

Como ações possíveis para prosseguimento desse trabalho, sugere-se:

- manter o tema nos CAEM das três FFAA e da ESG, para aprofundamento de estudos e pesquisas;
- conhecer como os assuntos OC e OMP são abordados nos CCEM da FAB e do EB;
- verificar-se os demais relatórios de CAEM realizados no exterior, por Oficiais da MB e todos os relatórios dos Oficiais do EB e da FAB que não

foram consultados neste trabalho: e

- investigar-se como outros países (como Espanha, Reino Unido, Portugal e Alemanha) abordaram essas questões de OC, OMP e integração entre as FFAA.

Ao iniciarmos este trabalho, sobre tema totalmente estranho ao nosso perfil de carreira, e, por isso, de forma despolarizada, não tínhamos idéia da complexidade e da abrangência que ele esconde. Não fosse a colaboração irrestrita, constante e estimulante dos Oficiais e Funcionários Civis das quatro escolas, não teríamos chegado à termo. Exemplo prático e real de integração, necessária e crescente.

Enquanto nosso país não atingir um nível educacional, uma maturidade intelectual da elite e do povo em geral, e o assunto defesa não for corriqueiro nas instituições de ensino superior do país, teremos de manter nossos Cursos de Altos Estudos Militares ativos, em todos os níveis, atraindo a sociedade e contribuindo para o incremento da sua preocupação com política, estratégia e defesa nacional.

Só assim poderemos sonhar em, daqui há alguns anos – poucos, esperamos – estar lendo ou escutando dos nossos diretores e comandantes de escolas de mais alto nível, palavras similares à com que iniciamos e aqui parodiamos:

“Este é um tempo de grandes mudanças para a(s) nossa(s) Escola(s), para a comunidade de defesa e para o nosso país, como um todo. O respeito que desfrutamos na comunidade de defesa está refletido no nosso crescimento”.

ANEXO A

QUADROS RESUMO DOS ALUNOS E ESTAGIÁRIOS DOS CAEM (1991-1999)

Ano:	Alunos ¹ :		Militares				Forças Auxiliares	Civis Convidados			Total
	Concl. Ativa ²		Concl. Ativa ²		Concl. Ativa ²			Professor	Empresário/ Administrador	Outras Profissões	
1991	14	01	12	03	05	0	05	14	06	42	98
1992	16	02	07	01	11	0	02	18	07	46	107
1993	12	02	07	02	08	04	02	13	04	40	86
1994	10	02	12	03	11	04	06	20	03	45	107
1995	13	03	11	03	11	06	05	20	04	47	111
1996	06	03	08	03	10	06	03	13	03	38	81
1997	06	01	09	05	11	05	04	08	04	39	81
1998	04	02	07	05	09	07	07	05	06	40	78
1999	12	10	15	10	13	09	0	06	05	40	91
TOTAIS	93	26	88	35	89	41	34	117	42	377	840
Média Anual	10,33	-	9,78	-	9,89	-	3,78	13	4,67	41,89	93,33
% Ativa 91-99	28%		40%		46%						
Alte/Gal/Brig.	11		21		21						
OF. Superior	15		14		20						
% Ativa ³ 96-99	57%		59%		63%						

Tabela 2 – Diplomados no CAEPE (1991-1999)

¹ Que concluíram os cursos de acordo com os respectivos boletins da Escola Superior de Guerra.

² Quantidade de Oficiais ainda na ativa em junho de 2000, por ano de curso.

³ O Anexo C apresenta a relação dos Oficiais que cursaram na ESG e estão ainda na ativa em junho de 2000.

Alunos ⁴ :	Militares						Forças Auxiliares	Civis	Total
	MB Concl. Ativa ⁵		EB Concl. Ativa ⁵		FAB Concl. Ativa ⁵				
1991	6	0	7	2	6	0	0	0	19
1992	6	1	8	1	6	0	0	0	20
1993	6	1	4	2	6	2	0	0	16
1994	6	0	6	3	9	0	0	0	21
1995	6	2	7	5	6	4	0	0	19
1996	6	4	3	3	7	3	0	0	16
1997	6	1	4	3	6	5	0	0	16
1998	4	2	4	4	7	6	0	0	15
1999	3	2	4	4	7	6	0	0	14
TOTAL	49	13	47	27	60	26	0	0	156
Média Anual	5,5	-	5,2	-	6,6	-	0	0	17,3
% Ativa 91-99 ⁶	27%		57%		43%				
Alte/Gal/Brig.	0		1		3				
Of. Superior	13		26		23				
% Ativa 96-99	47%		93%		74%				

Tabela 3 – Diplomados no CEMCFA (1991-1993) e no CAEPEM (1994-1999)

⁴ Que concluíram os cursos de acordo com os respectivos boletins da Escola Superior de Guerra.

⁵ Quantidade de Oficiais ainda na ativa em junho de 2000, por ano de curso.

⁶ O Anexo C apresenta a relação dos Oficiais que cursaram na ESG e estão ainda na ativa em julho de 2000.

Alunos:	Militares						Forças Auxiliares	Civis	Total
Ano:	MB Concl. Ativa⁷		EB Concl. Ativa		FAB Concl. Ativa				
1996	03	1	02	2	02	1	0	08	15
1997	03	2	02	1	02	2	01	06	14
1998	04	4	02	1	02	2	03	03	14
1999	02	2	02	2	02	1	01	05	12
TOTAL	12	9	8	6	8	6	5	22	55
Média Anual	3	-	2	-	2	-	1	5	13
% Ativa⁸ 96-99	75%		75%		75%				
Alte/Gal/Brig.	0		0		0				
Of. Superior	9		6		6				

Tabela 4 – Diplomados no CSIE (1996-1999)

⁷ Quantidade de Oficiais ainda na ativa em junho de 2000, por ano de curso.

⁸ O Anexo C apresenta a relação dos Oficiais que cursaram na ESG e estão ainda na ativa em julho de 2000.

Alunos ⁹ Ano:	MB	EB	FAB	Marinha Mercante	Civis MB	Outros Convidados.	Total
1991	39	1	1	1	1	0	43
1992	25	1	1	0	1	0	28
1993	28	1	1	2	0	0	32
1994	27	1	1	1	0	0	30
1995	26	1	1	1	1	0	30
1996	18	1	1	1	1	0	22
1997	13	1	1	1	1	1	18
1998	12	1	1	1	1	0	16
1999 ¹⁰	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	188	8	8	8	6	1	219
Média Anual	21	1	1	1	1	0	25 AA.
Ativa¹¹ 91-99 (%)	N. A.	6 (75%)	4 (50%)				
Alte/Gal/Brig.	N. A.	3	1				
Of. Superior	N. A.	3	3				

Tabela 7 – Oficiais e convidados que concluíram o C-PEM (1991-1999)

⁹ Que concluíram os cursos de acordo com as respectivas ordens de serviço da Escola de Guerra Naval.

¹⁰ O Curso não foi realizado neste ano por razões administrativas.

¹¹ O Anexo D apresenta a relação dos Oficiais do EB e FAB que cursaram o C-PEM e estão ainda na ativa em junho de 2000.

Alunos ¹² Ano:	EB	MB	FAB	Civis EB	Outros Convidados.	Total
1991	27	0	0	0	0	27
1992	25	1	1	0	0	27
1993	30	1	1	0	0	32
1994	35	1	1	0	0	37
1995	30	0	1	0	0	31
1996	26	1	1	0	0	28
1997	28	1	1	0	0	30
1998	31	1	1	0	0	33
1999	31	1	0	0	0	32
TOTAL	263	7	7	0	0	277
Média Anual	29,22	0,78	0,78	0	0	30,78
Ativa ¹³ 91-99 (%)	N. A.	5 (71%)	5 (71%)			
Alte/Gal/Brig.	N. A.	2	2			
Of. Superior	N. A.	3	3			

Tabela 9 – Oficiais que concluíram o CPEAEX (1991-1999)

¹² Que concluíram os cursos de acordo com as respectivas ordens de serviço da ECEME.

¹³ O Anexo D apresenta a relação dos Oficiais da MB e FAB que cursaram o CPEAEX e estão ainda na ativa em julho de 2000.

Alunos ¹⁴ Ano:	FAB	MB	EB	Civis FAB	Outros Convidados.	Total
1991	35	1	1	0	0	37
1992	20	1	1	0	0	22
1993	33	1	1	0	0	35
1994	37	1	1	0	0	39
1995	35	1	1	1	0	38
1996	30	1	1	0	0	32
1997	27	1	1	0	0	29
1998	30	1	1	0	0	32
1999	26	1	1	1	0	29
TOTAL	273	9	9	2	0	293
Média Anual	30,33	1	1	0	0	32,3
Ativa¹⁵ 91-99 (%)	N. A.	2 (22%)	7 (78%)			
Alte/Gal/Brig.	N. A.	0	4			
Of. Superior	N. A.	2	3			

Tabela 12 – Oficiais e Convidados que concluíram o CPEA (1991-1999)

¹⁴ Que concluíram os cursos de acordo com as respectivas ordens de serviço da ECEMAR.

¹⁵ O Anexo D apresenta a relação dos Oficiais da MB e do EB que cursaram o CPEA e estão ainda na ativa em julho de 2000.

ANEXO B

CURRÍCULOS RESUMIDOS DOS CAEM

Fase	Carga Horária		Observações/Disciplinas relativas Carga Horária 2000
	1996 ¹	2000	
INTRODUTÓRIA	20	18	Orientação Geral aos estagiários
DOCTRINÁRIA	197	168	2- Conceitos Fundamentais 3- Desenvolvimento e Segurança
METODOLÓGICA	22	15	4- Planejamento da Ação Política
TOTAL	239	201	
CCFEX ² , ADESG, DE ³ e Feriados	0	0	Considerados na Tabela seguinte.
Total do Período	239	201	

Tabela 5 – Disciplinas do Período Básico dos CAEM da ESG

¹ Fonte: Monografia da Maria José Almeida, 1996 (2)

² Tempos destinados ao Centro de Capacitação Física do Exército

³ Tempos destinados ao Departamento de Estudos da ESG

Fases/Disciplinas	CAEPE		CAEPEM		CSIE	
	1996 ⁴	2000	1996	2000	1998 ⁵	2000
POLÍTICA	726	698	557	660	368	519
Avaliação da Conjuntura (VE)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Política Nacional	Sim	Sim	Sim	NA	Sim	Sim
Inteligência (Informações)	NA	Sim	Não	Sim	Sim	NA
Mobilização	NA	Sim	Sim	Sim	NA	NA
Política Militar	18	NA	18	NA	NA	NA
ESTRATÉGICA	78	66	0	0	84	66
Estratégia Nacional	Sim	Sim	NA	NA	Sim	Sim
Planejam. Estratégico Nacional	Sim	Sim	NA	NA	Sim	Sim
Jogo de Governo	Sim	NA	NA	NA	Sim	NA
DOCTRINA MILITAR	0	0	102	52	0	0
Conceitos Fundamentais	NA	NA	Sim	Sim	NA	NA
Operações Combinadas	NA	NA	Sim	Sim	NA	NA
Inteligência Estratégica e Operações Militares (Informações)	NA	NA	Sim	Sim	NA	NA
Logística Militar	NA	NA	Sim	Sim	NA	NA
Diplomacia Área Militar	NA	NA	Sim	NA	NA	NA
ESTRATÉGIA MILITAR	0	0	76	12	0	0
PLANEJAMENTO OPERACIONAL COMBINADO DE DEFESA INTERNA E EXTERNA	0	0	46	40	0	0
INTELIGÊNCIA	0	0		0	333	188
Total do Período de Aplicação	804	764	799	764	785	773
Total do Período Básico (Tabela 4)	239	201	239	201	229	201
Carga Horária Real	1043	965	1038	965	1014	974
DE, EPI ⁶ , RCP ⁷ e Feriados	157	235	162	235	144	226
Total da Carga Horária	1200	1200	1200	1200	1158	1200

Tabela 6 – Disciplinas do Período de Aplicação dos CAEM da ESG

⁴ Fonte: Monografia da Maria José Almeida, 1996 (2:33).

⁵ Fonte: (17) Currículo dos Cursos (CAEPE, CAEPEM, CSIE, CAEPE, CAESG).

⁶ Estudo e Pesquisa Individual. Inclui os tempos transportados da tabela 5.

⁷ Revisão Crítica do Período.

Disciplinas	Carga Horária		Observações relativas Carga Horária 2000
	1996 ⁸	2000	
Sistemas Administrativos	40	24	
Conjuntura Econômica	108	139	Tempos de Aula (104) + Viagem de Estudo (35)
Mobilização	28	12	
Política	84	68	
Relações Internacionais	76	173	Tempos de Aula (68) + Viagem de Estudo (105)
Estratégia	376	328	Inclui o Projeto de Força em 2000.
Política Marítima	240	186	Tempos de Aula (116) + Viagem de Estudo (70)
Assuntos Psicossociais	28	28	
Política Naval	76	64	
Poder Naval	56	08	
Trabalhos Individuais	192	236	Inclui a Monografia
Atividades Complementares	0	20	Orientação e TFM ⁹
Carga Horária Total	1304	1286	

Tabela 8 – Distribuição da Carga Horária do C-PEM

⁸ Fonte: Monografia da Maria José Almeida, 1996 (2).

⁹ Treinamento Físico Militar

Disciplinas	Carga Horária		Observações relativas à Carga Horária de 2000
	1996 ¹⁰	2000	
31 - Economia	58	38	
32 - Política	112	74	
33 - Relações Internacionais	62	55	
34 - Ciência e Tecnologia	56	91	
35 - Administração	90	192	Inclui MBA na FGV.
36 - Prospectiva	45	80	
37 - Mobilização e Logística	51	32	
38 - Doutrina Militar	67	124	Recebeu tópicos de 41.
39 - Estratégia	145	156	
40 - Conjuntura	172	196	Inclui as Viagens de Estudo.
41 - Política e Planejamento Estratégico do Exército	160	82	Cedeu tópicos para 38.
42 - Liderança	0	15	
43 - Treinamento Físico Militar	06	45	
Total	1024	1180	

Tabela 10 – Distribuição da Carga Horária do CPEAEX

Atividades	Carga Horária	1998 ¹¹	2000
À Disposição do Comando		296	142
Monografias		22	17
Apresentação de Trabalhos Para O EME		-	03
Visitas (na área Rio)		-	13
Assuntos da Atualidade		-	20
Programa de Leitura Seleccionada		-	12
Revisão do Curso de Preparação		64	0
Orientação Escolar		32	0
Ciclo de Estudos Militares		24	0
Livre		96	93
Total		502	300

Tabela 11 – Quadro de Atividades Complementares do CPEAEX

¹⁰ Monografia da Maria José Almeida, 1996 (2).

¹¹ Fonte: Currículo do CPEAEX 1998.

Disciplinas	Carga Horária			Observações relativas à Carga Horária de 2000	
	1996 ¹²	1997 ¹³ Cmin	2000 PUD ¹⁴		
11 - Ação Política Nacional	61	78	94		
12 - Visão Preliminar do Brasil	31	18	18		
21 - Ação Política da Aeronáutica	119	457	314	Reduzido em 2000 à pedido do EMAER.	
22 - Avaliação da Conjuntura	352	475	507	Subdividida nas unidades para facilitar apreciação	
Un. 2201	Análise da Situação Internacional	n.d. ¹⁵	n.a. ¹⁶	65	Inclui Viagem aos países do MERCOSUL
Un. 2202	Análise da Situação Nacional	n.d.	n.a.	319	Inclui Viagens de Estudo às Regiões Brasileiras
Un. 2203	Políticas e Estratégias da Aeronáutica	130	n.a.	123	Em 1996 era a disciplina 41.
31 - Cultura Militar		84	83	75	Inclui Operação Tracajá
Subtotal Disciplinas Curriculares		777	1111	933	
01 - Atividades Administrativas		82	n.a.	30	Cerimônias, Orientação do Curso, etc.
51 - Atividades de Avaliação		13	n.a.	15	
61 - Complementação da Instrução		231	n.a.	282	Educação Física (105). Estudo Individual (105). Visitas EB e MB (24). Programa Leitura (23)
Subtotal outras Atividades		326	n.a.	327	
Total		1103	1111	1260	

Tabela 13 - Distribuição da Carga Horária do CPEA

¹² Monografia da Maria José Almeida, 1996 (2).

¹³ Dados constantes do Currículo Mínimo aprovado pelo DEPENS (7).

¹⁴ Plano de Unidades Didáticas (8).

¹⁵ Dado não disponível. Incluído no Total.

¹⁶ Não aplicável, já que o Currículo Mínimo apresenta um valor Global.

ANEXO C

OFICIAIS DIPLOMADOS DA ESG AINDA NO SERVIÇO ATIVO¹ (1991-1996)

CAEPE - 1991

VA Carlos Augusto Saraiva Ribeiro

Gen Ex EXPEDITO HERMES REGO MIRANDA

Gen Ex ARBY ILGO RECH

Gen Ex FREDERICO FARIA SODRÉ DE CASTRO

CEMCFA - 1991

CF ELÍGIO FERRERIRA DE MOURA FILHO

Cel QMB QEMA IVAN FIALHO

Cel Inf QEMA PEDRO PAULO DA SILVA

CAEPE - 1992

CA JAYME ALBERTO CASTRO PUGA

CA (IM) LUIZ ANTONIO DA SILVA LIMA

Gen Bda CLAUDIO BARBOSA DE FIGUEIREDO

Brig Int JOÃO CARLOS FERNANDES CARDOSO

CEMCFA - 1992

CMG FERNANDO DE CASTRO LIMA FRANÇA

Gen Bda SERGIO LINEU DE VASCONCELOS ROSARIO

CAEPE - 1993

AE (FN) CARLOS AUGUSTO COSTA

CA (FN) PEDRO WANDERLEY DE FREITAS

Gen Div GILBERTO BARBOSA DE FIGUEIREDO

Gen Div JORGE ARMANDO FELIX

Brig Med MARCO ANTONIO AZEVEDO DE MELLO

Brig Ar PAULO JORGE BOTELHO SARMENTO

Brig Ar DELANO TEIXEIRA MENEZES

Brig Int JOÃO EVANGELISTA FONTES

¹ Considerados os Estagiários do período 1991-1996, em atividade em junho de 2000.

CEMCFA - 1993

CMG AMILCAR DO NASCIMENTO E VASCONCELLOS

CEL Art CARLOS EUGENIO KASPER

CEL Art ANTONIO CARLOS FERRO RUMBELSPERGER

Brig ROBERO GERALDO PIMENTA RIBEIRO

Brig GROMORI VASCONCELLOS DE ANDRADE

CAEPE - 1994

Valte (FN) MOACYR MONTEIRO BAPTISTA

CMG (IM) MÁRIO CARRAZA

Gen Ex JOELCIO DE CAMPOS SILVEIRA

Gen Div CARLOS AUGUSTO FERNANDES DOS SANTOS

Gen Bda LESLIE ANTONIO ALCOFORADO

Maj Brig WELLINGTON GOEDIRO FERNANDES

Brig PAULO ROBERTO DE CARVALHO FERRO

Brig PAULO ROBERTO DE SOUZA LOPES

Brig JOSE PEDRO LOPES TEIXEIRA

CAPEM - 1994

Cel Eng JOSE CLAUDIO FROES DE MORAES

Cel Eng DOUGLAS NUNES ROSA

Cel Inf JUARIS WEISS GONÇALVES

Brig LUIZ CARLOS PARANHO MONTENEGRO

Cel Int JOSÉ TEIXEIRA LOUZADA

CAEPE - 1995

Valte EUCLIDES DUNCAN JANOT DE MATOS

CMG (IM) ANTONIO MANOEL VASQUES GOMES

CMG PEDRO FAVA

Gen Div LUÍS FELIPE MÉDICI CANDIOTA

Gen Div VIRGÍLIO RIBEIRO MUXFELDT

Gen Bda RUTHENIO FERREIRA DO VALLE

Brig WASHINGTON CARLOS DE CAMPOS MACHADO

Brig JOSÉ ROBERTO GABRIEL

Brig TEOMAR FONSECA QUÍRICO

Brig HERMAN RUBENS WALEMKAMP

Cel Av IRAMI DE CARVALHO

Cel Int SEBASTIÃO CAETANO DA SILVA JUNIOR

CAEPEM - 1995

CMG (FN) NELSON ALEXANDRINO PURIFICAÇÃO DE MELO
CMG JOSÉ BRUNO FRANCO TEIXEIRA

Cel Cav LUIZ CARLOS POLL
Cel Art PEDRO CARLOS MARQUES
Cel Inf ROMERO DE PAULA AVELINO
Cel QMB EDSON PIEROBON
Cel Cav WILSON LIRA PEIXOTO

Brig RENILSON RIBEIRO PEREIRA
Cel Av ROBERTO GREENHALGH KIRCHNER
Cel Int JOSÉ LUIZ KRAEMER
Cel Av WEBER LUIZ KÜMMEL

CAEPE - 1996

CMG MARCUS VINÍCIUS IORIO HOLLANDA
CMG EDISON LAWRENCE MARIATH DANTAS
CMG (FN) CELSO LEHNEMANN

Gen Div HELIO COVAS PEREIRA FILHO
Cel Eng ORLANDO GONÇALVES PAMPLANO
Cel Int MARCIO ROSENDO DE MELO

Brig LUIZ PAULO MORAES DA SILVEIRA
Brig ANTONIO PINTO MACEDO
Brig CLEONILSON NICACIO SILVA
Brig PAULO HORTÊNSIO ALBUQUERQUE E SILVA
Cel Int RICARDO JOSÉ CLEMENTE
Cel Av JOSÉ MACIEL MONTEIRO CHMIELEWSKI

CAEPEM - 1996

CMG (FN) MARCO ANTONIO NEPOMUCENO DA COSTA
CMG (IM) EDSON VICENTE SILVA
CMG (FN) WALTER MIRANDA ALÉ
CF EDSON DA SILVA SIQUEIRA

Cel Com JOAO BATISTA ALVES FILHO
Cel Cav PAULO CESAR CARNEIRO DO AMARAL
Cel Inf LUIZ ROBERTO FRAGOSO PERET ANTUNES

Cel Int WELLINGTON PEREIRA VAZ-CURADO
Cel Int GERSON NEVES MARTINS
Cel Av MICHAEL THOMAS COMBER

Fonte: Oficiais do EB e da FAB cursando CAEM na EGN, ECEME e ECEMAR.

ANEXO D

OFICIAIS QUE REALIZARAM CAEM EM FFAA DIFERENTE DA SUA DE ORIGEM, AINDA NO SERVIÇO ATIVO¹

a) DA MB:

- CA MARCOS MARTINS TORRES (CPEAEX-93);
- CA LUIZ HUMBERTO DE MENDONÇA (CPEAEX-94);
- CMG WALTER LIMA TORRES (CPEAEX-96);
- CMG TEODORICO FERREIRA FERNANDES (CPEAEX-97);
- CMG ROBERTO AMORIM DA FONSECA (CPEA-98)
- CMG (FN) JOSÉ HENRIQUE SALVI ELKFURY (CPEAEX-99);
- CMG JOSÉ EDUARDO BORGES DE SOUZA (CPEA-99).

b) DO EB:

- Gal Div OSMAR BARBOSA PINTO (CPEA-92);
- Gal Bda LUIZ CESÁRIO DA SILVEIRA FILHO (C-PEM-92)
- Gal Bda LUIS CARLOS GOMES MATTOS (CPEA-93);
- Gal Bda PAULO CESAR DE CASTRO (C-PEM-93);
- Gal Bda CARLOS ROBERTO REIS DE MORAES (C-PEM-94)
- Gal Bda URANO TEIXEIRA DA MATTA BACELLAR (CPEA-94);
- Gal Bda ELTON GEYER RODRIGUES (CPEA-98)
- Cel NILTON NUNES RAMOS (CPEA-95);
- Cel Cav JOSÉ CALASANS DE CARVALHO (C-PEM- 96)
- Cel Art UBIRATAN MIGUEL DA SILVA (C-PEM-97);
- Cel Art SERGIO DIAS DA COSTA AITA (CPEA-97);
- Cel Cav LUIZ ROBERTO ARAUJO VIGNOLO (C-PEM-98)
- Cel Art ALBERTO MÁRCIO SANTANA (CPEA-99);

c) DA FAB:

- Brig. ÁLVARO MOREIRA PEQUENO (CPEAEX-92);
- Brig. VENÂNCIO GROSSI (CPEAEX-93);
- Brig. WILMAR TERROSO FREITAS (C-PEM-94)
- Cel.-Av. DAILSON MENDES DE OLIVEIRA (CPEAEX-95);
- Cel.-Av. ALFREDO RODRIGUES BRAGA MALMESTRÖM (C-PEM95);
- Cel.-Av. JOSÉ CARLOS CORRÊA DA CUNHA (CPEAEX-96);
- Cel.-Av. ALOÍSIO MARQUES DA CUNHA (C-PEM-97)
- Cel.-Av. VALDIR AUGUSTO FOGAÇA (CPEAEX-97);
- Cel.-Av. CESAR SIMÕES DE SOUZA (C-PEM-98);
- Cel.-Av. UIRASSU LITWINSKI GONÇALVES (CPEAEX-98);

Fonte: Oficiais do EB e da FAB cursando CAEM na MB, EB e FAB.

¹ Em junho de 2000.

ANEXO E

DADOS COMPARATIVOS ENTRE O BRASIL E ALGUNS PAÍSES OCIDENTAIS

País	Território (Milhares de Km ²)	Quant. de Militares Por Km ²	População Milhões - 1999	Qtde. Hab./ Militar	IDH (1997)	Efetivo FFAA (milhares - 1996) ¹	Militares Cursados Em CAEM		PIB (US \$ bilhões)	% do PIB ¹ gasto em	
							Qtde. Anual	% sobre Efetivo		Defesa	Educação
Argentina	2.780	0,03	36,6	504,83	0,827	72,5	23	0,032	325 (1997)	3,0	3,8
Brasil	8.547	0,03	164,0	555,93	0,739	295	141	0,048	777 (1998)	2,0	5,2 ²
EUA	9.372	0,18	276,2	166,69	0,927	1657	N. D.	N.D.	7.800 (1997)	3,6	5,5
França	544	0,71	58,9	151,96	0,918	387,6	180	0,046	1.400 (1997)	2,5	5,8
Itália	301	0,93	57,3	205,38	0,900	279	40	0,014	1.100 (1997)	1,7	5,2
Portugal	92	0,54	9,9	200	0,858	49,5	N.D.	N.D.	102 (1997)	1,6	5,4
Reino Unido	244	0,93	58,7	259,73	0,918	226	N.D.	N.D.	1.300 (1997)	2,9	5,4

[Fonte: PAÍSES Almanaque Abril 2000]

¹ Fonte destas colunas: EL Estado del Mundo - 1998 (40).

² Fonte: Copenhagem +5 (36).

PLANO DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL DAS FORÇAS ARMADAS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA¹

OFFICER PROFESSIONAL MILITARY EDUCATIONAL FRAMEWORK (Figure A-B-1)					
GRADE LEVEL OF MILITARY EDUCATION	CADET/MIDSHIPMAN	0-1/0-2/0-3	0-4	0-5/0-6	0-7/0-8/0-9/0-10
EDUCATIONAL INSTITUTIONS AND COURSES	PRE-COMMISSIONING	PRIMARY	INTERMEDIATE	SENIOR	GENERAL/FLAG
	SERVICE ACADEMIES ROTC DCS/OTS	Basic & Advanced Branch or Warfare Specialty Schools Primary Level PME Courses	Air Command & Staff College Army Command & General Staff College College of Naval Command & Staff Marine Corps Command & Staff College Naval Postgraduate School Armed Forces Staff Colleges (Joint & Combined Staff Officer School)	Air War College Army War College College of Naval Warfare Marine Corps War College Industrial College of the Armed Forces National War College Armed Forces Staff College (Joint & Combined Warfighting School)	Capstone Joint Flag Officer Warfighting Course Joint Forces Air Component Commander Course Seminars/Courses
LEVEL OF WAR EMPHASIZED	CONCEPTUAL AWARENESS OF ALL LEVELS				
		TACTICAL	OPERATIONAL	STRATEGIC	
FOCUS OF MILITARY EDUCATION	Introduction to Services' Missions	Service Values Warfare Specialty/ Branch Operations Leadership Staff Skills	Operational Art Joint Force Operations Introduction to National Security and Military Strategy	Primary Emphasis: Service Schools: National Military Strategy, Theater Strategy, & Campaigning Joint Schools: National Security Strategy	Theater-Level Unified, Joint, and Combined Operations
JOINT EMPHASIS	Joint Introduction Organization for National Security Capabilities of the US Armed Forces in 21st Century Battlespace JCS and CINCs: Origins and Organizations Service Interaction Joint Warfare Concepts and Philosophy	Joint Awareness Joint Task Force Organization Relation Between Joint and Service Doctrine Tactical Battlespace Systems Integration Joint and Service Weapons Systems Service Contribution to Joint Warfighting	PJE Phase I National Military Capabilities and Command Structure Joint Doctrine Joint and Multinational Forces at the Operational Level of War Joint Planning and Execution Process Systems Integration at the Operational Level of War	National Security Strategy National Planning Systems and Processes National Military Strategy and Organization Theater Strategy and Campaigning Systems Integration in 21st Century Battlespace	Integration of National Military Strategy with National Security Strategy Integration of National Security Strategy with National Policy-making Requirements
FOCUS OF PJE PHASE II	Not Applicable		Integrated strategic deployment, employment, sustainment, and redeployment of joint forces		Not applicable
	Key: 1. Joint schools identified by bold italics. 2. PJE Phases I and II are not applicable to these colleges. 3. Armed Forces Staff College teaches PJE Phase II only, primarily at the operational level. 4. Areas in this figure depicting emphasis devoted to each level of war are representative and do not display mandatory topics.				

¹ Fonte: EUA. Department of Defense. Chairman of the Joint Chiefs of Staff Instruction. Officer Professional Military Education Policy. Washington, DC, 1996.

Educação Militar com ênfase em Operações Combinadas²

- a) Introdução às Operações Combinadas (Cadetes, Aspirantes e Universitários (ROTC))
- Organização para a Segurança Nacional;
 - Capacidades das FFAA dos EUA no Campo de Batalha do Século XXI;
 - Estado-Maior Combinado (JCS) e Comandantes de Comandos Combinados (CINC). Origens e organização;
 - Interação entre as Forças Armadas;
 - Filosofia e conceitos de guerra combinada.
- b) Conscientização das Operações Combinadas (2T, 1T e CT)
- Organização de FT Combinadas;
 - Relacionamento entre as Doutrinas das FFAA e a Doutrina para Operações Combinadas;
 - Integração de Sistemas no campo tático;
 - Sistemas de Armas de uso individual das FFAA e de uso combinado;
 - Contribuição de cada FFAA à guerra combinada.
- c) Educação Profissional para Operações Combinadas Fase 1 (CC)
- Capacidades Militares Nacionais e Estrutura de Comando;
 - Doutrina de Operações Combinadas;
 - Forças Combinadas e Multinacionais no nível operacional da guerra;
 - Processos de planejamento e execução de Operações Combinadas;
 - Integração de Sistemas no nível operacional da guerra.
- d) Educação Profissional para Operações Combinadas Fase 1 (CF e CMG)
- Estratégia de Segurança Nacional;
 - Sistemas e processos de planejamento nacional;
 - Estratégia e organização militar nacional;
 - Estratégias de Teatro e de Campanhas;
 - Integração de Sistemas no Campo de Batalha do Século XXI.
- e) Operações Combinadas e Interaliadas ao Nível de Teatro Unificado (Of. General)
- Integração da estratégia militar nacional com a estratégia de segurança nacional;
 - Integração da estratégia de segurança nacional com os requisitos da política nacional.

² Tradução da "Joint Emphasis" (pág. F-1)

ANEXO G

INSTITUIÇÕES DA NATIONAL DEFENSE UNIVERSITY

- *Industrial College of the Armed Forces*¹ (ICAF): cuja missão é preparar Oficiais e funcionários civis selecionados para exercerem funções de liderança de alto nível e de estado-maior, ministrando cursos em nível de pós-graduação e executivo, e realizando pesquisas sobre as fontes do Poder Nacional, com ênfase especial na aquisição de material e na logística para forças combinadas e sua integração com a estratégia de segurança nacional para a paz e para a guerra. (NDU:13). A MB envia regularmente um CMG (IM) para esses cursos.
- *Information Resources Management College*² (IRMC): cuja missão é preparar líderes para dirigir a componente de Informações do Poder Nacional pela utilização da informação e da tecnologia da informação para prover vantagem estratégica;
- *Institute for National Strategic Studies*³ (INSS): cuja missão é conduzir pesquisas em estratégias para operações combinadas e de coalizão, comando e controle, tecnologias de defesa, economia e assuntos funcionais e regionais;
- *Center for Hemispheric Defense Studies*⁴ (CHDS): cuja missão é formar e desenvolver funcionários civis especialistas em defesa e assuntos militares dos países democráticos do Hemisfério Ocidental, incluindo os EUA. O MD tem enviado alguns de seus servidores para esse Centro de Estudos;

¹ Tradução do Autor: Colégio Industrial das Forças Armadas.

² Tradução do Autor: Colégio de Gerência de Fontes de Informação.

³ Tradução do Autor: Instituto para Estudos Estratégicos Nacionais.

- Armed Forces Staff College⁵ (AFSC): cuja missão é educar Oficiais de Estado-Maior e outros líderes para o planejamento e execução de Operações Combinadas de forma a estimular um comprometimento basilar, atitudes e perspectivas para o trabalho em conjunto com outras forças armadas e outros países. Detalharemos, a seguir, suas atividades principais.
- National War College⁶ (NWC): cuja missão é conduzir estudos de alto nível sobre estratégia de segurança nacional a fim de preparar Oficiais das Forças Armadas e de outros órgãos federais para responsabilidades de comando, estado-maior e política de alto nível, sob uma perspectiva combinada e inter-agências governamentais. A seguir detalharemos um pouco mais sua estrutura e suas atividades.

⁴ Tradução do Autor: Centro de Estudos para a Defesa Hemisférica.

⁵ Tradução do Autor: Escola de Estado-Maior das Forças Armadas.

⁶ Tradução do Autor: Escola Nacional de Guerra.

ANEXO H

EXTRATO DOS CURRÍCULOS DE CAEM NOS EUA

I - NATIONAL WAR COLLEGE (NDU):

A escola tem dois departamentos acadêmicos:

- a) O Departamento de Operações e Estratégia Militar, que cuida da evolução da teoria militar, do caráter evolutivo da guerra, da formulação da política de defesa e da estratégia militar de defesa, do planejamento e condução de operações combinadas e conjuntas; do planejamento e condução da Guerra de Coalizão e de operações outras que não a guerra;
- b) O Departamento de Política de Segurança Nacional, que aborda as relações de segurança nacional americana com o ambiente internacional e examina as instituições e os processos envolvidos no processo decisório da política de segurança nacional, incluindo a ordem constitucional, política burocrática e influências mais amplas e genéricas como a mídia, a opinião pública e a natureza mutante da sociedade americana (NDU:37).

O Currículo é composto das seguintes disciplinas:

a) Programa Básico:

- 5601 – Fundamentals of Statecraft;
- 5611 – Economic Review for Strategists;
- 5602 – Fundamental of Military Thought and Strategy;
- 5612 – Joint Force Capabilities;
- 5603 - The National Security Policy Process;
- 5604 – The Geostrategic Context;
- 5614 – Regional Studies Program;
- 5605 – Military Strategy and Operations;
- Exercício de Gerência de Crise.

b) Programa Eletivo (no mínimo quatro disciplinas):

b.1) Economics Review for Strategists

- 5621 – The Economic Dimensions of National Security;
- 5631 – Trade War and Trade Warriors: The U.S. and the World Economy;
- 5641 – Economic Instruments of State craft;

b.2) Fundamentals of Statecraft

- 5701 - Insurgency and Revolution;
- 5711 – Memoirs in American Foreign Policy I;
- 572 – Memoirs in American Foreign Policy II;

- 5731 – What do the People Want! Domestic politics, Public Opinion, and U.S. Foreign Policy;
- 5741 – Covert Action: A Controversial Instrument of Statecraft;
- 5781 – How the World Works: Concepts for Strategists;

b.3) Fundamentals of Military Thought and Strategy

- 5632 – The Soldier and the State;
- 5642 – Strategy and Warfare Since Napoleon;
- 5652 – The American Civil War;
- 5672 – Navies and Nations: Naval Strategy in the 20th Century and Beyond;
- 5682 – Masters of the Battlefield;
- 5692 – A Story of the Vietnam War;
- 5712 – Ethics and Statecraft: Issues in the Use of Military and Non-Military Instruments;
- 5722 – Thinking Strategically;

b.4) The National Security Policy Process (NSPP)

- 5623 – Congress, Politics, and National Security;
- 5633 – Intelligence Community Support to National Security;
- 5643 – American Politics: Parties, Campaigns, and Elections;
- 5653 – Information, the Media and National Security;
- 5663 – The Presidency and National Security (para membros da família);
- 5673 – The Presidency and National Security;
- 5683 – Ethical Choice in Fiction, Fact and Philosophy;
- 5693 – Presidents, Intelligence and National Security Policy;
- 5713 – Military Professionalism and Civilian Control;
- 5733 – Executive Leadership;

b.5) The Geostrategic Context

- 5624 – U.S. National Security Strategy in the Pacific;
- 5644 – Sino-American Relations;
- 5654 – Northeast Asia and U.S. Security;
- 5664 – Southeast Asia and U.S. Security;
- 5674 – South Asia: Defining U.S. National Interests in a Complex Environment
- 5904 – South América and U.S. Policy;
- e mais 11 disciplinas estudando as várias regiões do Globo;
- 5984 – Terrorism and National Security: The transmillennial Threat;
- 5994 – National Strategies on Terrorism, Drugs and other Transnational Issues.

b.6) Military Strategy and Operations

- 5625 – Strategists and Conflict I (Warriors at Battle);
- 5635 – Strategists and Conflict II (Warriors at Battle);
- 5645 – Military Innovation for future War;
- 5675 – Revolution in Military Affairs: The Changing Character of Warfare;
- **5685 – Peace Operations;**
- 5695 – United States Special Operations;
- 5705 – National Space Strategy and Policy;

- 5725 – Surprise, Deception, Warning and War;
- 5735 - Military Responses to Crisis;
- 5745 - The use of Military Power: Political-Military Perspectives;
- 5755 - National Intelligence Support to Military Operations;
- **5765 – Case Studies in U.S. Joint Warfare;**
- 5755 – Countering NBC Proliferation: New Approaches to Deterrence and Defence;
- **5815 – Joint Vision 2010: A Framework for the Future Military?**
- 5835 – Human Behavior in War and Combat;
- 5855 – Air Power in Modern War; e
- 5865 – Nuclear Strategy: Arms Control, and the Future of Deterrence.

II – ARMED FORCES STAFF COLLEGE (NDU):

a) Joint and Combined Staff Officer School

(nível intermediário):

- **Purple Dare** (Simulação de Gerência de Crise com Forças Combinadas);
- **Strategic Synchronization** (O Sistema de Planejamento Combinado);
- **Operational Art** (Integração de Forças Combinadas no nível operacional da guerra);
- **Joint and Multinational Operational Planning Course** (Planejamento de crise e funcionamento de um Estado-Maior Conjunto);
- **Purple Sunset** (Jogo de Guerra)

a) Joint and Combined Warfighting School

(Fase 2 da formação do Oficial para Operações Combinadas)

- **Strategic Issues and Purple Challenge** (exercício de planejamento combinado par uma situação de crise);
- **Functional Synchronization** (examina as capacidades únicas que cada Força Singular pode trazer para o Campo de Batalha: Inteligência, Logística, C4, Guerra de Informação, Espaço, Mobilidade, Proteção, Alvos Comuns, etc..)
- **Operational Planning** (revisão rápida do processo de planejamento e planejamento para operações que não a Guerra);
- **Campaign Planning Exercise** (Planejamento e execução de Jogo de Guerra).

b) Joint Command Control and Information Warfare School

- **Joint Command Control Communications Computers and Intelligence Staff and Operations Course** – 4 Semanas; para militares e civis não técnicos que irão assumir função em Comandos Combinados;
- **Joint Information Warfare Staff and Operations Course** – 2 semanas; para militares e civis que irão trabalhar com Guerra de Informações (Combinada ou Multinacional);
- **Joint Planning Orientation Course** – 3 dias: introdução planejamento combinado.

III – NAVAL WAR COLLEGE :

O “Naval Command College” é subdividido em três cursos com duração de três meses cada um¹:

a) “National Security Decision Making”, com as seguintes disciplinas:

- Estratégia e Planejamento de Forças;
- Alocação de Recursos; e
- Elaboração e Implementação de Políticas.

Este curso é desenvolvido na forma de Grupos de Estudo e trabalhos escritos individuais. Um trabalho em grupo final formula uma nova estratégia militar para os EUA com uma proposta de alteração da estrutura militar existente.

b) “Strategy and Policy”, com as seguintes disciplinas:

- “Theory and Prototype Studies”;
- “Strategic Thought and Practice in the Modern Security Environment”; e
- “Contemporary Employment of Force”.

Neste curso há uma combinação de elaboração de ensaios (3) com orientação, leituras, conferências e debates.

c) “Joint Military Operations”, com as seguintes disciplinas:

- “Operational Concepts/Law”;
- “Military Organization and Planning Concepts”;
- “Military Operations Other Than War”; e
- “Regional Contingency Planning and Warfighting”.

Este curso, realizado na forma de Grupos de Estudo (Seminários), situa os debates no nível estratégico-operacional e divulga a doutrina de Operações Combinadas elaborada pelo Chefe do Estado-Maior Combinado. Os trabalhos realizados têm sempre um professor orientador, especialista no assunto, disponível para consulta.

Nas três semanas finais é realizado um exercício de manobra de crise que evolui para um jogo de guerra, em nível de Comandante de Teatro.

d) Matérias Eletivas: em cada trimestre, os alunos podem escolher uma matéria eletiva, opcional tais como:

- Aplicações e Administração de Dados;
- Aplicações avançadas de Software; e
- Relacionamento entre a mídia e os militares.

¹ Extraído do Relatório de Fim de Curso do CMG Paulo José Rodrigues de Carvalho (37: Anexo 2-9)

ANEXO I

EXTRATOS DOS CURRÍCULOS DOS CAEM NA ITÁLIA

I - INSTITUTO SUPERIOR DE ESTADO-MAIOR INTERFORÇAS¹:

- a) Fase Preliminar: Integração entre os Oficiais-Alunos (AO) e aprofundamento do seu conhecimento profissional sobre a Força Armada a qual não pertence, por meio de conferências e visitas a unidades militares italianas. Os da Marinha visitam o Exército e a Força Aérea;
- b) Primeira Fase: Conhecimento básico sobre o ambiente internacional e os aspectos jurídicos de interesse das Forças Armadas. Organização das Forças Armadas. Direito Internacional e Relações Internacionais;
- c) Segunda Fase: Apresentação das linhas de base das Políticas de Defesa, Militar e de Segurança Italianas, enfocando áreas de interesse nacional, gestão de crises político-estratégicas internacionais, organizações, alianças militares internacionais de interesse para a segurança euroatlântica e metodologia para o planejamento do emprego conjunto do poder militar. Elaboração de um "Livro Branco de Defesa";
- d) Terceira Fase: Doutrina de emprego das forças armadas na proteção civil e os planos de emergência. Visitas a instituições regionais que executam a defesa civil na Itália. Exercício de análise e avaliação de planos de emergência para terremotos, incêndios florestais e inundações;
- e) Quarta Fase: Doutrina do emprego do instrumento militar em operações interforças e multinacionais (Operações de Paz, por exemplo). Exercício para elaboração de um plano para emprego de uma Força Tarefa Combinada Multinacional a favor de país aderente ao movimento "Partnership for Peace (PfP) da OTAN;
- f) Fase Conclusiva: Conferências dos Chefes de Estado-Maior das três FFAA e do Secretário-Geral da Defesa/ Diretor Nacional do Armamento.

¹ Fonte: (48:3-4)

II - INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS DE DEFESA²

a) Fase Inicial:

- Geopolítica e Geoestratégia;
- Alfabetização em Informática;
- Curso de Gerência abordando Gerência de Recursos Humanos, Logística Integrada e Teoria e prática de gerenciamento.

b) Fase de Seminários:

- ONU, OSCE, PSO e ONG, Gestão de Crises;
- NATO, UE, UEO;
- Mediterrâneo;
- Europa Central;
- Instituição e Administração Pública
- Direito Humanitário e Condição Militar;
- Economia, Indústria e Indústria de Defesa;
- Pesquisa Científica e Tecnológica.

c) Monografia:

O Tema é proposto pela Escola de Guerra Naval e normalmente aceito pela presidência do CASD.

² Fonte: (51:1-2)

ANEXO J

ESTRUTURA REGIMENTAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA (EXTRATO ANEXO DEC. 3466/2000)

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Ministério da Defesa, órgão da administração direta, tem a seu cargo a direção superior das Forças Armadas com vistas ao cumprimento de sua destinação constitucional e de suas atribuições subsidiárias.

Art. 2º O Ministério da Defesa tem como área de competência os seguintes assuntos:

- I - política de defesa nacional;
- II - política e estratégia militares;
- III - doutrina e planejamento de emprego das Forças Armadas;
- IV - projetos especiais de interesse da defesa nacional;
- V - inteligência estratégica e operacional no interesse da defesa;
- VI - operações militares das Forças Armadas;
- VII - relacionamento internacional das Forças Armadas;
- VIII - orçamento de defesa;
- IX - legislação militar;
- X - política de mobilização nacional;
- XI - política de ciência e tecnologia nas Forças Armadas;
- XII - política de comunicação social das Forças Armadas;
- XIII - política de remuneração dos militares e pensionistas;
- XIV - fomento às atividades de pesquisa e desenvolvimento e de produção e exportação em áreas de interesse da defesa;
- XV - atuação das Forças Armadas na preservação da ordem pública, no combate a delitos transfronteiriços ou ambientais, na defesa civil e no desenvolvimento nacional;
- XVI - logística militar;
- XVII - serviço militar;
- XVIII - assistência à saúde, social e religiosa das Forças Armadas;

XIX - constituição, organização, efetivos, adestramento e aprestamento das forças navais, terrestres e aéreas;

XX - política marítima nacional;

XXI - segurança da navegação aérea e do tráfego aquaviário e salvaguarda da vida humana no mar;

XXII - política aeronáutica nacional e atuação na política nacional de desenvolvimento das atividades aeroespaciais; e

XXIII - infra-estrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º O Ministério da Defesa tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Defesa:

a) Gabinete do Ministro;

b) Consultoria Jurídica;

c) Assessoria Especial; e

d) Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia;

II - órgão de assessoramento superior: Conselho Militar de Defesa;

III - órgão setorial: Secretaria de Controle Interno;

IV - órgão de assessoramento: Estado-Maior de Defesa:

a) Vice-Chefia do Estado-Maior de Defesa:

1. Subchefia de Comando e Controle;

2. Subchefia de Inteligência;

3. Subchefia de Operações; e

4. Subchefia de Logística;

V - órgãos específicos singulares:

a) Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais:

1. Departamento de Política e Estratégia;

2. Departamento de Inteligência Estratégica; e

3. Departamento de Assuntos Internacionais;

b) Secretaria de Logística e Mobilização:

1. Departamento de Logística;
 2. Departamento de Mobilização; e
 3. Departamento de Ciência e Tecnologia;
- c) Secretaria de Organização Institucional:
1. Departamento de Gestão e Apoio de Pessoal;
 2. Departamento de Administração e Legislação; e
 3. Departamento de Orçamento e Finanças;
- VI - órgãos de estudo, de assistência e de apoio:
- a) Escola Superior de Guerra;
 - b) Hospital das Forças Armadas;
 - c) Ordinariado Militar;
 - d) Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa; e
 - e) Centro de Catalogação das Forças Armadas; e
- VII - Forças Armadas:
- a) Comando da Marinha;
 - b) Comando do Exército;
 - c) Comando da Aeronáutica.

CAPÍTULO III

Da COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Seção I

Dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Ministro de Estado da Defesa

Art. 4º Ao Gabinete do Ministro compete:

- I - assistir ao Ministro de Estado da Defesa em sua representação funcional e pessoal, especialmente no preparo e despacho do seu expediente pessoal;
- II - propor a Política de Comunicação Social do Ministério da Defesa e elaborar o Plano de Comunicação Social;
- III - acompanhar as proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional de interesse do Ministério da Defesa e assessorar o Ministro de Estado da Defesa nas consultas e requerimentos formulados pelo Congresso Nacional e por seus membros;
- IV - coordenar a atuação das Assessorias Parlamentar e de Comunicação Social

das Forças Armadas: e

V - exercer a coordenação da administração interna do Ministério da Defesa, em especial quanto a orçamento e finanças, patrimônio, instalações, recursos humanos, informática, comunicações e transporte.

Art. 5º À Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, compete:

I - assessorar o Ministro de Estado da Defesa em assuntos de natureza jurídica:

II - exercer a coordenação das assessorias jurídicas das Forças Armadas ou dos órgãos a ela vinculados;

III - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação, quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

IV - elaborar estudos e pareceres por solicitação do Ministro de Estado da Defesa;

V - assistir à autoridade assessorada no controle interno quanto à legalidade dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgão sob sua coordenação jurídica; e

VI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério, por meio de sua estrutura própria ou por intermédio das assessorias jurídicas das Forças Armadas, os textos de edital de licitação como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados, bem como os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade, ou decidir a dispensa de licitação.

Art. 6º À Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia compete:

I - prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - CONSIPAM;

II - preparar a convocação e secretariar as reuniões do CONSIPAM;

III - encaminhar as recomendações do CONSIPAM aos ministérios e demais órgãos e entidades envolvidos;

IV - articular-se com os ministérios responsáveis pela execução das ações e das estratégias para a implementação das recomendações do CONSIPAM;

V - elaborar, anualmente ou quando solicitado, relatório sobre a execução e os resultados alcançados pelos programas e projetos integrantes do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM;

VI - implementar e operacionalizar as diretrizes do CONSIPAM relacionadas com o SIPAM; e

VII - coordenar as ações relativas a programas e projetos, afetos ao SIPAM, definidos pelo CONSIPAM.

Seção II

Do Órgão de Assessoramento Superior

Art. 7º Ao Conselho Militar de Defesa compete:

I - assessorar o Presidente da República, no que concerne ao emprego de meios militares; e

II - assessorar o Ministro de Estado da Defesa, no que concerne aos assuntos pertinentes à área militar.

Parágrafo único. O Conselho Militar de Defesa, secretariado pelo Vice-Chefe do Estado-Maior de Defesa, será apoiado pelo Estado-Maior de Defesa, no âmbito de sua competência.

Seção III

Do Órgão Setorial

Art. 8º À Secretaria de Controle Interno, órgão setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, com atuação nas Forças Armadas, por meio dos órgãos de controle interno das respectivas Forças, e nos demais órgãos do Ministério da Defesa, compete:

I - exercer o controle e a fiscalização das atividades:

a) de programação financeira e de administração de direitos e haveres, garantias e obrigações sob a responsabilidade do Ministério da Defesa, órgãos subordinados e entidades vinculadas;

b) de registro e tratamento das operações relativas à gestão orçamentária, financeira e patrimonial sob a responsabilidade do Ministério da Defesa, órgãos subordinados e entidades vinculadas; e

c) relacionadas ao cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, à execução dos programas de governo e orçamentos, à gestão dos administradores, bem como às operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres sob a responsabilidade do Ministério da Defesa, dos órgãos subordinados e das entidades vinculadas.

II - editar normas sobre matérias de sua competência; e

III - exercer a coordenação das Unidades de Controle Interno dos órgãos subordinados e das entidades vinculadas.

Seção IV

Do Órgão de Assessoramento

Art. 9º Ao Estado-Maior de Defesa compete:

I - formular a doutrina e o planejamento do emprego combinado das Forças Armadas;

II - planejar e acompanhar as operações militares de emprego combinado das Forças Armadas;

III - formular a Política para o Sistema Militar de Comando e Controle;

IV - formular a doutrina comum de Inteligência Operacional;

V - estabelecer diretrizes para a atuação das Forças Armadas nos casos de grave perturbação da ordem pública e de apoio às ações de combate aos delitos transfronteiriços ou ambientais;

VI - estabelecer diretrizes para a participação das Forças Armadas nas atividades relacionadas com a defesa civil; e

VII - planejar e acompanhar a participação das Forças Armadas em operações de manutenção da paz.

Art. 10. À Vice-Chefia do Estado-Maior de Defesa compete coordenar e supervisionar as ações das Subchefias, secundar o Chefe do Estado-Maior de Defesa e, no seu impedimento, substituí-lo.

Art. 11. À Subchefia de Comando e Controle do Estado-Maior de Defesa compete propor as diretrizes gerais para o Sistema Militar de Comando e Controle e supervisionar seu funcionamento.

Art. 12. À Subchefia de Inteligência do Estado-Maior de Defesa compete:

I - propor as bases para a doutrina comum de Inteligência Operacional, gerada pelas Forças Armadas;

II - propor diretrizes para o emprego da criptologia no âmbito das Forças Armadas; e

III - propor as bases para a doutrina comum de emprego das atividades de Guerra Eletrônica, Telecomunicações, Cartografia, Meteorologia e Sensoriamento remoto como apoio à atividade de Inteligência.

Art. 13. À Subchefia de Operações do Estado-Maior de Defesa compete:

I - propor as bases para a doutrina de emprego combinado das Forças Armadas;

II - elaborar o planejamento do emprego combinado das Forças Armadas para cada uma das hipóteses de emprego previstas na Estratégia Militar Brasileira e acompanhar a condução das operações combinadas decorrentes;

III - planejar e acompanhar a participação das Forças Armadas em operações de manutenção da paz;

IV - propor diretrizes para a atuação das Forças Armadas nos casos de grave perturbação da ordem pública e de delitos transfronteiriços ou ambientais;

V - preparar planos para a atuação combinada das Forças Armadas, propondo os limites para seu emprego, nos casos de grave perturbação da ordem pública;

VI - acompanhar o emprego isolado e planejar o emprego combinado das Forças

Armadas no apoio às ações contra os delitos transfronteiriços ou ambientais; e

VII - propor diretrizes para a participação das Forças Armadas nas atividades relacionadas com a defesa civil.

Art. 14. À Subchefia de Logística do Estado-Maior de Defesa compete participar da elaboração da doutrina de emprego combinado, do planejamento e do acompanhamento das operações e de outras atividades, sob o aspecto da logística.

Art. 15. Os cargos de Chefe, de Vice-Chefe e das Subchefias do Estado-Maior de Defesa são de provimento exclusivo de militares.

Seção V

Dos Órgãos Específicos Singulares

Art. 16. À Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais compete:

I - formular as bases da Política de Defesa Nacional;

II - formular a Política e a Estratégia Militares;

III - formular o dimensionamento global dos meios de Defesa;

IV - supervisionar a atividade de Inteligência Estratégica de Defesa;

V - formular diretrizes gerais para a integração do Sistema de Defesa Nacional;

VI - orientar a condução dos assuntos internacionais que envolvam as Forças Armadas, em estreita ligação com o Ministério das Relações Exteriores;

VII - orientar as atividades de ensino e de estudos da Escola Superior de Guerra e estabelecer diretrizes gerais para as mesmas atividades nas Forças Armadas, relativas ao emprego combinado e conjunto;

VIII - estabelecer diretrizes para orientar a atuação dos Adidos de Defesa no trato dos assuntos de caráter político-estratégico, e, em consonância com as Forças Armadas, dos Adidos Militares, bem como o relacionamento dos Adidos Militares estrangeiros no Brasil;

IX - avaliar a situação estratégica e o cenário internacional, nas áreas de interesse do Brasil; e

X - supervisionar programas e projetos em áreas ou setores específicos, de interesse da defesa nacional.

Art. 17. Ao Departamento de Política e Estratégia compete:

I - estudar e propor os fundamentos:

a) para a formulação da Política de Defesa Nacional;

b) da Política Militar Brasileira;

c) da Estratégia Militar Brasileira;

d) para o dimensionamento, em termos globais, dos meios de defesa; e

e) das diretrizes gerais para a integração do sistema de defesa nacional;

II - acompanhar as atividades de ensino e de estudos da Escola Superior de Guerra;

III - propor diretrizes específicas para o ensino relacionado ao emprego combinado e conjunto das Forças Armadas para orientação das escolas de altos estudos militares;

IV - propor critérios e medidas para a supervisão e o estabelecimento de representações militares brasileiras no exterior, de comissões militares estrangeiras no País e seus relacionamentos com as Forças Armadas; e

V - acompanhar programas e projetos em áreas ou setores específicos, de interesse da defesa nacional.

Art. 18. Ao Departamento de Inteligência Estratégica compete:

I - manter o exame corrente da situação estratégica;

II - conduzir a atividade de Inteligência Estratégica de Defesa;

III - acompanhar a evolução do cenário internacional, com ênfase nas áreas de interesse estratégico do País; e

IV - propor diretrizes para orientar a atuação dos Adidos de Defesa, no trato dos assuntos de caráter político-estratégico e, em consonância com as Forças Armadas, orientar a atuação dos Adidos Militares.

Art. 19. Ao Departamento de Assuntos Internacionais compete:

I - conduzir os assuntos internacionais que envolvam as Forças Armadas;

II - estudar a participação do Brasil em operações de manutenção da paz, de acordo com os interesses nacionais;

III - propor medidas, na esfera militar, no sentido de aprimorar e aumentar a capacidade de negociação do Brasil;

IV - propor diretrizes gerais que orientem a atuação e o relacionamento com os Adidos Militares estrangeiros no Brasil;

V - propor normas para o planejamento e acompanhar a execução das atividades desenvolvidas pelas representações militares brasileiras no exterior; e

VI - manter-se a par da atuação dos representantes brasileiros em organismos internacionais, por força das atribuições da Autoridade Marítima e da Autoridade Aeronáutica.

Art. 20. À Secretaria de Logística e Mobilização compete:

I - formular e supervisionar a Política de Ciência e Tecnologia nas Forças Armadas;

- II - formular a Política de Mobilização Nacional;
- III - estabelecer diretrizes gerais para a logística e a mobilização militares;
- IV - supervisionar o Programa de Mobilização Nacional;
- V - orientar, controlar e fomentar a produção e a exportação de material de emprego militar;
- VI - coordenar as atividades relativas ao Serviço Militar;
- VII - coordenar a participação das Forças Armadas nas atividades relacionadas com o desenvolvimento nacional; e
- VIII - estabelecer as diretrizes para a fiscalização de material de emprego militar.

Art. 21. Ao Departamento de Logística compete:

- I - conduzir a atividade de catalogação;
- II - planejar e coordenar a padronização dos itens comuns às Forças Armadas;
- III - propor métodos e diretrizes para a determinação de necessidades, em termos de aproveitamento comum, dos meios de defesa dimensionados pela análise estratégico-operacional;
- IV - propor diretrizes relativas à obtenção e distribuição de bens e serviços;
- V - propor a regulamentação para o controle e o fomento da produção de material de emprego militar;
- VI - controlar a exportação de material de emprego militar;
- VII - propor as diretrizes para a fiscalização de material de emprego militar;
- VIII - planejar e coordenar o apoio isolado ou integrado das Forças Armadas nas ações de natureza comum relativas ao desenvolvimento nacional;
- IX - instituir e administrar a Doutrina de Alimentação das Forças Armadas;
- X - administrar os recursos do Fundo de Rações Operacionais, componente do Fundo do Ministério da Defesa, em coordenação com o Gabinete do Ministro de Estado da Defesa; e
- XI - estabelecer, periodicamente, os valores das etapas de alimentação para as Forças Armadas.

Art. 22. Ao Departamento de Mobilização compete:

- I - propor as bases para a Política de Mobilização Nacional;
- II - propor normas legais para a implantação do Sistema de Mobilização Nacional;
- III - conduzir o Programa de Mobilização Nacional;

IV - propor diretrizes para a padronização de procedimentos, visando à utilização dos recursos humanos e materiais diversos mobilizáveis;

V - propor diretrizes para a padronização de procedimentos e planejar a utilização das instalações e bens móveis mobilizáveis;

VI - propor diretrizes para a padronização de procedimentos e planejar a utilização dos serviços civis de apoio mobilizáveis; e

VII - planejar as atividades do Serviço Militar.

Art. 23. Ao Departamento de Ciência e Tecnologia compete:

I - propor as bases para a Política de Ciência e Tecnologia nas Forças Armadas, com participação de seus respectivos setores;

II - elaborar o Plano Gerencial de Pesquisa e Desenvolvimento por área tecnológica dos projetos de interesse comum das Forças Armadas;

III - coordenar as atividades de cartografia de interesse militar em território nacional;

IV - controlar o aerolevanteamento no território nacional; e

V - prover e manter o sistema de comunicações militares por satélite.

Art. 24. À Secretaria de Organização Institucional compete:

I - estabelecer diretrizes para as atividades relativas a assistência à saúde, assistência religiosa e assistência social para as Forças Armadas;

II - estabelecer diretrizes gerais e coordenar as atividades relativas ao Desporto Militar comum às Forças Armadas;

III - estabelecer diretrizes gerais de orientação para as atividades de instrução especializada e outras de ensino, em seus aspectos comuns a mais de uma Força;

IV - elaborar diretrizes relacionadas com a modernização e a racionalização de procedimentos administrativos comuns às Forças Armadas;

V - elaborar diretrizes gerais para aplicação de normas relativas à administração de pessoal, de material e de serviços;

VI - elaborar diretrizes para o planejamento, a execução e o controle orçamentário, e a gestão financeira e contábil;

VII - consolidar os planos plurianuais e as propostas orçamentárias e complementações das Forças Armadas e do Ministério da Defesa;

VIII - formular a legislação militar comum às Forças Armadas; e

IX - formular a política de remuneração dos militares e pensionistas.

Art. 25. Ao Departamento de Gestão e Apoio de Pessoal compete:

I - propor diretrizes gerais e normas de procedimentos, em consonância com o

disposto pela Administração Federal, para as atividades relacionadas com a administração e o controle do pessoal civil ativo, inativo e pensionistas do Ministério da Defesa e das Forças Armadas:

II - propor diretrizes gerais e normas de procedimentos para atividades relativas ao pessoal militar da reserva, reformados e respectivos pensionistas;

III - propor diretrizes gerais para as atividades de assistência: à saúde, social e religiosa das Forças Armadas;

IV - propor diretrizes gerais e exercer a coordenação das atividades relativas ao desporto militar comum às Forças Armadas; e

V - propor diretrizes gerais de orientação para as atividades de instrução especializada comuns a mais de uma Força.

Art. 26. Ao Departamento de Administração e Legislação compete:

I - promover e orientar as iniciativas de modernização e racionalização dos procedimentos administrativos;

II - analisar e propor, com a participação das Forças Armadas, a legislação de interesse militar;

III - propor as bases para a política de remuneração dos militares e de seus pensionistas; e

IV - propor a legislação referente à remuneração do pessoal militar e de seus pensionistas.

Art. 27. Ao Departamento de Orçamento e Finanças compete:

I - exercer as atividades de órgão setorial do Ministério da Defesa na estrutura dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento, de Administração Financeira, e de Contabilidade do Governo Federal;

II - propor as diretrizes gerais relativas ao planejamento, à execução e ao controle orçamentário das Forças Armadas e acompanhar e avaliar o desenvolvimento dessas atividades; e

III - analisar e propor a consolidação dos planos plurianuais e das propostas orçamentárias e complementações das Forças Armadas e do Ministério da Defesa.

Seção VI

Dos Órgãos de Estudo, de Assistência e de Apoio

Art. 28. Aos órgãos de estudo, de assistência e de apoio compete, respectivamente, desenvolver estudos e avaliações em suas áreas de atuação, prestar assistência, de acordo com suas atribuições, e realizar atividades especializadas de apoio.

§ 1º A Escola Superior de Guerra e a Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa integram a estrutura da Secretaria de Política,

Estratégia e Assuntos Internacionais.

§ 2º O Hospital das Forças Armadas integra a estrutura da Secretaria de Organização Institucional.

§ 3º O Ordinariado Militar vincula-se diretamente ao Ministro de Estado da Defesa.

§ 4º O Centro de Catalogação das Forças Armadas integra a estrutura da Secretaria de Logística e Mobilização.

CAPÍTULO IV

Das forças armadas (não incluído)

CAPÍTULO V

Das ATRIBUIÇÕES DOS CHEFES E DIRIGENTES dos órgãos (não incluído)

CAPÍTULO VI

Das ÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 37. O provimento dos cargos do Ministério da Defesa observará as seguintes diretrizes:

I - o de Chefe do Estado-Maior de Defesa será ocupado por Oficial-General da ativa, do último posto, em sistema de rodízio entre as Forças Armadas;

II - os de Secretários serão ocupados por civis ou por Oficiais-Generais da ativa, do último posto, em sistema de rodízio entre as Forças Armadas;

III - o de Comandante da Escola Superior de Guerra e o de Vice-Chefe do Estado-Maior de Defesa serão ocupados por Oficiais-Generais da ativa, do penúltimo posto, em sistema de rodízio entre as Forças Armadas;

IV - os de Subchefes do Estado-Maior de Defesa serão ocupados por Oficiais-Generais da ativa, do penúltimo ou do primeiro posto, em sistema de rodízio entre as Forças Armadas;

V - o de Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa e os de Diretores de Departamento serão ocupados por civis ou por Oficiais-Generais da ativa, do penúltimo ou do primeiro posto, em sistema de rodízio entre as Forças Armadas;
e

VI - os de Subcomandante da Escola Superior de Guerra, de Chefe da Delegação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa e de Diretor do Hospital das Forças Armadas serão ocupados por Oficiais-Generais da ativa do primeiro posto, em sistema de rodízio entre as Forças Armadas.

Art. 38. Na estrutura de cargos do Ministério da Defesa, o provimento de um

cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS implica no bloqueio da concessão de uma correspondente Gratificação de Exercício em Cargo de Confiança para um militar, e vice-versa.

Parágrafo único. O Ministro de Estado da Defesa poderá dispor sobre a distribuição e os quantitativos das Gratificações, privativas de militares, de Exercício em Cargo de Confiança e de Representação pelo Exercício de Função, mantido, respectivamente, o custo global constante nas alíneas "d" e "e" do Anexo II a este Decreto.

Art. 39. O Ministro de Estado da Defesa será substituído internamente, em suas ausências do território nacional ou por motivo de férias, por um dos Comandantes das Forças Armadas, por ele indicado.

Art. 40. O Ministro de Estado da Defesa baixará os atos complementares necessários à execução deste Decreto.

ANEXO L

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO
MINISTÉRIO DA DEFESA (EXTRATO)

a) Funções passíveis de serem assumidas por Almirantes, CMG ou Oficiais com postos equivalentes das FFAA (DAS 4,5 e 6)

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO O N ^o	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/ DAS/ GR
	5	Assessor Especial do Ministro	102.5
	2	Assessor do Ministro	102.4
	1	Chefe do Ordinariado	101.4
GABINETE DO MINISTRO	1	Chefe de Gabinete	101.5
Apoio Administrativo	5	Gerente	101.4
Assessoria de Comunicação Social	1	Chefe da Assessoria	101.4
Assessoria Parlamentar	1	Chefe da Assessoria	101.4
CONSULTORIA JURÍDICA	1	Consultor o	101.5
Coordenação-Geral de Assuntos Institucionais e Judiciais	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação-Geral de Exame de Procedimentos Administrativos	1	Coordenador-Geral	101.4
SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	1	Secretário-Executivo do Conselho Deliberativo	101.5
	1	Gerente de Projeto	101.4
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO	1	Secretário de Controle Interno	101.5
	2	Gerente	101.4
ASSESSORIA DO ESTADO-MAIOR DE DEFESA	2	Assessor do Chefe do Estado- Maior de Defesa	102.4
SECRETARIA DE POLÍTICA,			

ESTRATÉGIA E ASSUNTOS			
INTERNACIONAIS	1	Secretário	101.6
	3	Gerente de Projeto	101.4
	1	Assessor do Secretário	102.4
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	101.4
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA E			
ESTRATÉGIA	1	Diretor de Departamento	101.5
	3	Gerente	101.4
	3	Assessor do Diretor	102.4
DEPARTAMENTO DE			
INTELIGÊNCIA			
ESTRATÉGICA	1	Diretor de Departamento	101.5
	3	Gerente	101.4
	2	Assessor do Diretor	102.4
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS			
INTERNACIONAIS	1	Diretor de Departamento	101.5
	3	Gerente	101.4
	2	Assessor do Diretor	102.4
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E			
MOBILIZAÇÃO	1	Secretário	101.6
	3	Gerente de Projeto	101.4
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	101.4
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA			
	1	Diretor de Departamento	101.5
	3	Gerente	101.4
DEPARTAMENTO DE			
MOBILIZAÇÃO	1	Diretor de Departamento	101.5
	3	Gerente	101.4
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E			
TECNOLOGIA	1	Diretor de Departamento	101.5
	3	Gerente	101.4
SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO			
INSTITUCIONAL	1	Secretário	101.6
	3	Gerente de Projeto	101.4
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	101.4

DEPARTAMENTO DE GESTÃO E APOIO			
DE PESSOAL	1	Diretor de Departamento	101.5
	4	Gerente	101.4
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E LEGISLAÇÃO	1	Diretor de Departamento	101.5
	3	Gerente	101.4
	1	Assessor do Diretor	102.4
DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	1	Diretor de Departamento	101.5
	3	Gerente	101.4

b) Quadro Resumo De Quantidades E Custos Dos Cargos Em Comissão

CÓDIGO	DAS - UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTDE	VALOR TOTAL	QTDE	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6.52	3	19,56	3	19,56
DAS 101.5	4.94	13	64,22	13	64,22
DAS 101.4	3.08	48	147,84	53	163,24
DAS 101.3	1.24	62	76,88	73	90,52
DAS 101.2	1.11	4	4,44	2	2,22
DAS 101.1	1.00	-	-	2	2,00
DAS 102.5	4.94	5	24,70	5	24,70
DAS 102.4	3.08	11	33,88	15	46,20
DAS 102.3	1.24	28	34,72	26	32,24
DAS 102.2	1.11	82	91,02	61	67,71
DAS 102.1	1,00	88	88,00	76	76,00
TOTAL		344	585,26	329	588,61

(fim do ANEXO L)

ANEXO M

TÓPICOS ESPECIAIS ABORDADOS NOS CAEM

a) OPERAÇÕES COMBINADAS

CAEM (TA):	TÓPICOS ABORDADOS (Tempos de Aula (TA)):
CAEPE, CAPEM e CSIE (3 TA)	- Atuação do Ministério da Defesa. Conferência (3 TA).
CAPEM (18 TA)	- Emprego Combinado das Forças Armadas. Conferência (3 TA); - O Estado-Maior de Defesa. Conferência (3 TA); - Planejamento de Defesa Nacional. Trabalho em grupo de Planejamento Estratégico Militar com emprego combinado das Forças Singulares (12 TA)
C-PEM (60 TA)	- O planejamento estratégico das FFAA. Palestra (4 TA); - Estratégia Operacional: gestão dos meios de força a nível de teatro de operações (4 TA); - Trabalho P-III-1 – Estudo e aplicação de conceitos da teoria da Guerra (Apenas Grupo III – Guerra do Golfo: (28 TA); - Painel sobre Trabalho P-III-1 (8 TA); - O conceito atual de emprego integrado das forças (“jointness”) e suas implicações no preparo e emprego das forças navais. Palestra (4 TA); - Sistema Nacional de Comando e Controle. Palestra no MD (4 TA); e - Planejamento do Exercício Tracajá. Trabalho em Grupo (36 TA).
CPEAEX (47 TA)	- Operações Combinadas e/ou Conjuntas das Forças de Mar, Terra e Ar. Palestra. (3 TA); - Sistema Militar de Comando e Controle das Forças Singulares e de Defesa Aeroespacial. Palestra. (8 TA); e - Planejamento do Exercício Tracajá. Trabalho em Grupo (36 TA).
CPEA (43 TA)	- A Chefia do Estado-Maior de Defesa. Conferência (4 TA); - Planejamento do Exercício Tracajá. Trabalho em Grupo (36 TA); - Sistema Militar de Comando e Controle. Conferência (3 TA);

b) OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ

CAEM (TA):	TÓPICOS ABORDADOS (TA):
CAEPE. CAEPEM e CSIE (3 TA)	- Organismos Multilaterais: Desafios e Possibilidades para o Brasil. Palestra (3 TA).
CAEPEM (3 TA)	- A Atuação do Brasil em Operações Internacionais de Manutenção da Paz. Palestra (3 TA).
C-PEM (12 TA)	- A ONU e as Operações de Paz. As características gerais e os principais aspectos políticos, diplomáticos e militares das Operações de Paz. Palestra (4 TA); - A Organização dos Estados Americanos. Palestra (4 TA)e - Direito Internacional Humanitário. Preleção (4 TA).
CPEAEX (10 TA)	- Projeção do Poder Militar Brasileiro no Exterior: Forças de Paz. Palestra (5 TA); - Organismos Internacionais. Palestra. (5 TA);
CPEA (8 TA)	- A Organização das Nações Unidas. Conferência (3 TA); - A Organização dos Estados Americanos. Conferência (3 TA); e - Operações de Manutenção da Paz – ONU. Conferência (2 TA).

c) INTEGRAÇÃO ENTRE AS FORÇAS ARMADAS

CAEM (TA):	TÓPICOS ABORDADOS (TA): nos CAEM das Forças Singulares sobre as outras Forças Armadas e nos CAEM da ESG sobre todas elas.
CAEPE, CAEPEM e CSIE (26 TA)	<ul style="list-style-type: none"> - Logística e Mobilização Nacionais. Palestra (4 TA); - Atuação do Comando da Marinha. Conferência (3 TA); - Atuação do Comando do Exército. Conferência (3 TA); - Atuação do Comando da Aeronáutica. Conferência (3 TA); - O SIPAM/SIVAM. Conferência (3 TA); - Tecnologia nas Forças Armadas. Conferência (4 TA); - O Serviço Militar e a Mobilização Nacional. Conferência (2 TA); e - Mobilização na Expressão Militar. Conferência (4 TA).
CAEPEM (25 TA)	<ul style="list-style-type: none"> - A Doutrina da Força Naval. Conferência (4 TA); - A Doutrina da Força Terrestre. Conferência (4 TA); - A Doutrina da Força Aérea. Conferência (4 TA); - Comando de Operações Navais. Conferência (3 TA); - Comando de Operações Terrestres. Conferência (3 TA); - Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (3 TA); - Logística Militar. Conferência (4 TA);
C-PEM (24 TA)	<ul style="list-style-type: none"> - Concepção de emprego dos meios subordinados à Aeronáutica, visando ao atendimento da estratégia militar brasileira. Palestra (4 TA); - Concepção de emprego dos meios subordinados ao Exército, visando ao atendimento da estratégia militar brasileira. Palestra (4 TA); - A Mobilização na Marinha, no Exército e na Aeronáutica. Painel (4 TA); - O Plano Nacional de Mobilização. Palestra. (4 TA); - A estrutura organizacional e a atuação da Aeronáutica na Defesa Nacional. Conferência (4 TA); e - A estrutura organizacional e a atuação do Exército na Defesa Nacional. Conferência (4 TA).
CPEAEX (16 TA)	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento Tecnológico das Forças Armadas. Palestra (7 TA); - Sistemas Logísticos das outras Forças Singulares. Palestra (2 TA); - A Mobilização na Força Naval e na Força Aérea. Palestra (3 TA); - Doutrina Naval. Palestra (2 TA); e - Doutrina Básica da Força Aérea. Palestra (2 TA).
CPEA (23 TA)	<ul style="list-style-type: none"> - O Comando da Marinha. Conferência. (3 TA); - O Comando do Exército. Conferência. (3 TA); - O Sistema de Planejamento do Exército. Conferência (3 TA); - A Metodologia de Planejamento Estratégico da Marinha. Conferência (3 TA); - As Indústrias de material bélico. Simpósio (4 TA); - Comandos Militares de Área/RJ (1º DN, 1ª RM, 3º COMAR). Conferência (4 TA); e - A Política Marítima (3 TA).

ANEXO N

CURRÍCULO BÁSICO PARA OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ

- a) Extrato do Curso "As Pass on the Seas". The Maritime Dimension of Peacekeeping (Curso C-16)¹
- 1) História das Operações Marítimas de Manutenção de Paz;
 - 2) Conceituação Compartimentada de Operações de Paz;
 - 3) Modificações no Conceito de Manutenção de Paz;
 - 4) A Cooperação entre Militares e Civis e a ONU;
 - 5) Regras de Engajamento – Uma perspectiva Operacional;
 - 6) Considerações Médicas ao lidar com refugiados;
 - 7) A importância da Inteligência e a ameaça;
 - 8) Refugiados no mar. Experiências com cubanos e haitianos;
 - 9) A importância do Adestramento dos navios de Guerra;
 - 10) O Apoio nas Operações afastadas do porto sede – a experiência canadense na Somália;
 - 11) Condução de Operações Ribeirinhas e Costeiras;
 - 12) Proteção do Tráfego Marítimo em Tempo de Paz;
 - 13) O papel das organizações militares e civis nas Operações de Paz;
 - 14) Conduta nas Operações Oceânicas;
 - 15) A mídia e os militares;
 - 16) O apoio das aeronaves de patrulha às OMP;
 - 17) As disponibilidades portuárias no Teatro de Operações;
 - 18) O Futuro das Operações Marítimas de Operações de Paz;
 - 19) Comando e Controle nas OMP marítimas.
- b) Outros tópicos considerados relevantes extraídos das referências do trabalho:
- 1) direito internacional;
 - 2) direito internacional humanitário; e
 - 3) direito civil.
- c) Outras Fonte de Consulta úteis:
- 1) Manual para Instrução de Operações de Paz de Fuzileiros Navais (CGCFN-1311);
 - 2) Manual de Campanha – Operações de Manutenção da Paz (C 95 1) – EB; e
 - 3) Tropas de Paz na ONU – LS 508 (Leitura Seleccionada em fase final de revisão na ESG);

¹ Cursado em 1999 pelo CMG Júlio Cezar de Araújo Passos, no Centro de Treinamento Internacional de Paz no Canadá, Lester B. Pearson.

ANEXO O

BIBLIOGRAFIA

1. ALMEIDA, Maria José Machado de. A Harmonização Curricular para os Cursos de Política e Estratégia das Forças Armadas. Revista da UNIFA, Rio de Janeiro, Ano XII, 14, p. 16-19, dez. 1998.
2. ALMEIDA, Maria José Machado de. Harmonização Curricular entre as Escolas de Alto nível das Forças Armadas. Rio de Janeiro: ESG, 1996. Trabalho Especial (CAEPE) - Escola Superior de Guerra, 1996.
3. BOUTROS-GHALI, Boutros. Agenda para a paz: diplomacia preventiva, restabelecimento e manutenção da paz. Nova York: Nações Unidas, 1992.
4. BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN-1311. Manual de Operações de Paz de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 1997.
5. BRASIL. Decreto Nº 2.090, de 09 de dezembro de 1996. Aprova o Regulamento da Escola Superior de Guerra. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, n. 239, 10 dez. 1996. Seção I.
6. BRASIL. Decreto Nº 3.466, de 17 de maio de 2000. Aprova a Estrutura Regimental e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão de Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, das Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança, das Gratificações de Representação pelo Exercício de Função e das Gratificações de Representação – GR do Ministério da Defesa, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 18 de maio de 2000.
7. BRASIL. Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. IMA 37-23. Currículo Mínimo do Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais. Rio de Janeiro, 1999.
8. BRASIL. Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. Plano de Unidades Didáticas – ECEMAR - Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais. Rio de Janeiro, 2000.
9. BRASIL. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército. Documento de Currículo Elaborado em 1999. Rio de Janeiro, 1999.
10. BRASIL. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Plano de Disciplinas do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx). Rio de Janeiro, 1999.

11. BRASIL. Escola de Guerra Naval. Currículo do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores. Rio de Janeiro, 1999.
12. BRASIL. Escola de Guerra Naval. Currículo do Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários. Rio de Janeiro, 1998.
13. BRASIL. Escola de Guerra Naval. Currículo do Curso de Política e Estratégia Marítimas. Rio de Janeiro, 2000.
14. BRASIL. Escola de Guerra Naval. Currículo do Curso Superior. Rio de Janeiro, 1998.
15. BRASIL. Escola de Guerra Naval. FI-219 A. Guia para a elaboração de referência bibliográficas. Rio de Janeiro, 1992.
16. BRASIL. Escola de Guerra Naval. EGN-215. Guia para a elaboração de ensaios e monografias. Rio de Janeiro, 1998.
17. BRASIL. Escola Superior de Guerra. D1-1998. Currículo dos Cursos (CAEPE, CAPEM, CSIE, CEAPE, CAESG). Rio de Janeiro: ESG, 1997.
18. BRASIL. Escola Superior de Guerra. D1-2000. Currículo dos Cursos (CAEPE, CAPEM, CSIE, CIMN, CEAPE, CAESG). Rio de Janeiro: ESG, 1999.
19. BRASIL. Escola Superior de Guerra. D2-2000 (ANEXO B). Fixas Didáticas (CAEPE, CAPEM, CSIE, CEAPE, CIMN). Rio de Janeiro: ESG, 1999.
20. BRASIL. Escola Superior de Guerra. D2-2000. Plano de Estudos Ano Letivo 2000 (CAEPE, CAPEM, CSIE, CEAPE, CIMN). Rio de Janeiro: ESG, 1999.
21. BRASIL. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. LS 506-00. Emprego Combinado. Rio de Janeiro: ESG, 2000.
22. BRASIL. Escola Superior de Guerra. Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: ESG, 1998.
23. BRASIL. Escola Superior de Guerra. Guia do Estagiário 2000. Rio de Janeiro: ESG, 2000.
24. BRASIL. Estado-Maior da Armada. Diretriz para o Estabelecimento da Estrutura Naval de Guerra. Brasília, 1983. Reservado.
25. BRASIL. Estado-Maior da Armada. EMA 30-A. Manual de Operações-Planejamento. Brasília, 1982. Reservado.
26. BRASIL. Estado-Maior da Armada. Manual de Operações – Diretivas. Brasília, 1982. Reservado.

27. BRASIL. Estado-Maior da Armada. Portaria Nº 313 de 30 de julho de 1999. Aprova as Instruções para o Ensino na Escola de Guerra Naval.
28. BRASIL. Estado-Maior das Forças Armadas. FA-E-02/80. Diretriz para o Estabelecimento da Estrutura Militar de Guerra. Brasília, 1980. Reservado.
29. BRASIL. Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro. Aviso Nº 02513/MD de 03 de maio de 2000 ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Aproveitamento dos servidores da existente carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental.
30. BRASIL. Ministério da Marinha. Doutrina Básica da Marinha. Brasília, 1997.
31. BRASIL. Ministério da Marinha. Estado-Maior da Armada. Política Básica da Marinha. Brasília, 1998.
32. BRASIL. Ministério da Marinha. Serviço de Relações Públicas da Marinha. Política de Defesa Nacional. A Marinha do Brasil. Brasília: SRPM, 2ª Edição, 1997.
33. BRASIL. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. C-95-1. Manual de Campanha. Operações de Manutenção da Paz. Brasília: EGGCF, 2ª Edição, 1998.
34. BRASIL. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. Plano de Campanha do Exercício Forças Unidas 97: Operações de Manutenção da Paz. Rio de Janeiro, 1997.
35. BRASIL. Ministério do Exército. Portaria Nº 672 de 12 de dezembro de 1994. Aprova as Instruções para o CPEAEX.
36. BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação de Governo. Brasil. Copenhague + 5. Genebra, 2000.
37. CARVALHO, Paulo José Rodrigues. Relatório Final de Curso Realizado no Exterior no Naval Command College. Newport, Rhode Island, EUA, 1999.
38. CIRILO, Rogério. Ensino à Distância. Entrevista (Nota) enviada por Correio Eletrônico no dia 26 07 2000, remetente: 114@ciaw.mar.mil.br, para: jvanni@cruiser.com.br.
39. DIAS, Cesar de Oliveira, RODRIGUES, Paulo Cezar Gomes. Relatório Final de Curso do Curso Superior de Defesa Nacional (Modalidad I). Buenos Aires, Argentina, 1999.
40. EL ESTADO DEL MUNDO – EDICIÓN 1998. Anuario Económico y Geopolítico Mundial. Madrid: AKAL, 1998.

41. ELKFURY, José Henrique Salvi. Relatório Final de Curso – CPEAEx 1999. Rio de Janeiro, 1999.
42. ESCUELA DE DEFENSA NACIONAL.– 2000. Informativo. Buenos Aires, 1999.
43. EUA. Department of Defense. Chairman of the Joint Chiefs of Staff Instruction. Officer Professional Military Education Policy. Washington, DC, 1996.
44. EUA. Department of Defense. Chairman of the Joint Chiefs of Staff. Joint Warfare of the Armed Forces of the United States, Joint-Pub 1. Washington, DC, 1995.
45. EUA. Department of Defense. National Defense University. Industrial College of the Armed Forces. Spring Program Academic Schedule 1999-2000. Washington, DC, 1999.
46. FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. RIP-011. A ONU e as Operações de Paz. Conferência proferida no EMA em 1999 para o C-PEM. Rio de Janeiro: EGN, 1999.
47. FRANÇA. Decreto Nº 70-319, de 14 de abril de 1970. “portant organization générale de l’enseignement militaire supérieur”. Aprova a Organização Geral do Ensino Militar Superior. BOC/SC, p. 460.
48. LIMA JUNIOR, Antônio Reginaldo Pontes. Relatório Final de Curso Realizado no Exterior no Instituto Superiore di Stato Maggiore Interforze (ISSMI). Roma. Itália, 1999.
49. MOBILIZAÇÃO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S. A., 1986. p. 1145.
50. NATIONAL DEFENCE UNIVERSITY CATALOGUE ACADEMIC YEARS 1999 – 2001. Washington, DC: 1999.
51. NOGUEIRA, Márcio de Andrade. Relatório Inicial de Curso Realizado no Exterior no Centro de Alti Studi per la Defesa. Roma. Itália, 1997. Anexo ao Ofício nº 0146 de 27 de novembro de 1997 do Adido Naval na Itália.
52. OLIVA, Alberto. Cursos de Política e Estratégia no Brasil. Entrevista (Nota) enviada por Correio Eletrônico no dia 19 03 2000, remetente: aoliva@uol.com.br, para: jvanni@cruiser.com.br.
53. PAÍSES. In: Almanaque Abril – Mundo 2000. São Paulo: Abril, 2000.
54. PARANHOS, Mauro Cezar de Campos. Relatório Final de Curso Realizado no Exterior no Royal College of Defense Studies, Londres, Grã-Bretanha, 2000.

55. PARANHOS, Mauro Cezar de Campos. Relatório Inicial de Curso Realizado no Exterior no Royal College of Defense Studies, Londres, Grã-Bretanha, 1998. Anexo ao Ofício nº 0163 de 27 de novembro de 1998 do Adido Naval na Inglaterra, na Noruega e na Suécia.
56. PASSOS, Júlio Cesar de Araújo. Questionário Pedagógico de Curso: "As Pass on the Seas". The Maritime Dimension of Peacekeeping (Curso C-16) realizado no Canadá, Rio de Janeiro, 1999. Confidencial.
57. RAZA, Salvador Ghelfi. Relatório Final Curso Realizado no Exterior no Royal Naval College, Londres, Grã-Bretanha, 1995.
58. REPÚBLICA ARGENTINA, Ministerio de Defensa, Estado Mayor Conjunto de Las Fuerzas Armadas. PC-20-01 (RESERVADO). Planeamiento para la Accion Militar Conjunta. Buenos Aires: Instituto Geográfico Militar, 1986.
59. REVISTA DA ECEMAR, Rio de Janeiro: 1999. Anual.
60. SANTOS, José Américo dos, CAVALIERE, Vicente, SILVA, Maria Stela Antunes da. A Universidade da Força Aérea e suas Atividades de Educação e de Ciência e Tecnologia. Revista da UNIFA, Rio de Janeiro, Ano XII, Nº 14, p. 4-11, dez. 1998.
61. SARKIS, Marco Antônio e CHIBINSKI, Adélio Cunha. Aproveitamento dos Recursos Humanos formados pelo CPEAEX/ECEME. Situação Atual. Proposta para Otimização. Rio de Janeiro: ECEME, 1996. Monografia (CPEAEX) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1996.
62. SILVA, José Eduardo de Macedo. A reformulação do Ensino na ECEME – Cursos de Altos Estudos Militares no Século XXI: Concurso, Duração e Capacidade de Absorção. Rio de Janeiro: ECEME, 1998. Monografia (CPEAEX) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1998.
63. SILVA, Sônia Maria Campos. Otimização do Modelo de Currículo Mínimo. Revista da UNIFA, Rio de Janeiro Ano XII, Nº 14, p. 53-57, dez. 1998.
64. TORMENTO, Carlos Alberto. Qualificação Requerida dos CMG e Cel do Ministério da Defesa. Entrevista (Nota) enviada por Correio Eletrônico no dia 03 07 2000, remetente: tormento@tba.com.br, para: jvanni@cruiser.com.br.
65. VALLIM, Ricardo de Lima. Relatório Final de Curso Realizado no Exterior – França. Rio de Janeiro, 1999.
66. VALLIM, Ricardo de Lima. Relatório Inicial de Curso Realizado no Exterior no Collège Interarmée Défence, Paris, França, 1998. Anexo ao Ofício nº 023 de 30 de junho de 1998 do Adido Naval da França.

67. VIZACO, Carlos Alberto Guaycuru. 10 anos de CPEAEX. Reflexos para o Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: ECEME, 1997 Monografia (CPEAEX) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1997.

